

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	82
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	90
--	----

Motivos de Reapresentação	91
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.459.628
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.459.628</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	8.776.046	8.755.095
1.01	Ativo Circulante	260.390	509.769
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.667	285.719
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.439	7.364
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	34.228	278.355
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.781	47.683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.781	47.683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	47.781	47.683
1.01.03	Contas a Receber	91.463	93.444
1.01.03.01	Clientes	91.463	93.444
1.01.04	Estoques	12.108	12.422
1.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	12.108	12.422
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.322	52.471
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.322	52.471
1.01.07	Despesas Antecipadas	152	383
1.01.07.01	Despesas a Apropriar	152	383
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.897	17.647
1.01.08.03	Outros	17.897	17.647
1.01.08.03.07	Outros Ativos	17.897	17.647
1.02	Ativo Não Circulante	8.515.656	8.245.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.262.887	1.744.041
1.02.01.03	Contas a Receber	29.813	24.218
1.02.01.03.01	Clientes	29.813	24.218
1.02.01.04	Estoques	40.718	40.391
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	40.718	40.391
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.192.356	1.679.432
1.02.01.09.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.785.664	1.284.207
1.02.01.09.06	Contratos de Mútuo	66.180	66.112
1.02.01.09.07	Direitos Creditórios Adquiridos	242.489	230.081
1.02.01.09.09	Debêntures	34.221	31.167
1.02.01.09.10	Outros Ativos	63.802	67.865
1.02.02	Investimentos	6.221.387	6.472.752
1.02.02.01	Participações Societárias	6.221.387	6.472.752
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.469	51.500
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.725.446	5.953.003
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	470.472	468.249
1.02.03	Imobilizado	1.091	496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.091	496
1.02.04	Intangível	30.291	28.037
1.02.04.01	Intangíveis	30.291	28.037

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	8.776.046	8.755.095
2.01	Passivo Circulante	2.420.019	1.880.115
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.218	1.186
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.218	1.186
2.01.02	Fornecedores	9.959	11.895
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.959	11.895
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.087	3.034
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.087	3.034
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	1.295	1.594
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	792	1.440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	850.050	616.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	189.084	125.908
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	189.084	125.908
2.01.04.02	Debêntures	660.966	490.518
2.01.05	Outras Obrigações	1.556.415	1.247.289
2.01.05.02	Outros	1.556.415	1.247.289
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	6.630	9.070
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	107	122
2.01.05.02.07	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	0	33.910
2.01.05.02.08	Obrigações por Aquisição de Participações Societárias	3.934	49.402
2.01.05.02.09	Outros Passivos	16.264	32.551
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	1.529.480	1.122.234
2.01.06	Provisões	290	285
2.01.06.02	Outras Provisões	290	285
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	290	285
2.02	Passivo Não Circulante	2.063.995	2.692.758
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	784.999	1.177.564
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	259.338	342.696
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	259.338	342.696
2.02.01.02	Debêntures	525.661	834.868
2.02.02	Outras Obrigações	1.275.790	1.512.417
2.02.02.02	Outros	1.275.790	1.512.417
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	2.750	2.750
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias Diferidas	302	0
2.02.02.02.06	Provisão com Garantia	262	200
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	814.618	1.210.709
2.02.02.02.15	Outros Passivos	457.858	298.758
2.02.04	Provisões	3.206	2.777
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.206	2.777
2.02.04.01.09	Provisão para Contingências	3.206	2.777
2.03	Patrimônio Líquido	4.292.032	4.182.222
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.907.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.690	744.162
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.747	716.993
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.943	27.169
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.862.501	-1.403.191

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-66.592

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.581	14.667	8.956	19.872
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.606	-7.716	-4.731	-15.827
3.03	Resultado Bruto	975	6.951	4.225	4.045
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-117.109	-197.716	-29.996	60.402
3.04.01	Despesas com Vendas	-864	-1.503	-674	-1.308
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.375	-12.261	-7.667	-15.182
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.401	4.403	33.860	42.726
3.04.04.01	Ganhos em Participações Societárias	0	0	0	5.339
3.04.04.02	Outras	4.401	4.403	33.860	37.387
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28.852	-45.588	-6.283	-21.141
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-477	-619	-106	-167
3.04.05.02	Depreciações e Amortizações	-9.267	-18.730	-1.496	-3.001
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	-8.956	-15.325	-4.310	-16.913
3.04.05.05	Outras	-10.152	-10.914	-371	-1.060
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-89.419	-142.767	-49.232	55.307
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-116.134	-190.765	-25.771	64.447
3.06	Resultado Financeiro	-114.928	-201.931	-109.552	-197.017
3.06.01	Receitas Financeiras	23.085	68.240	18.670	41.486
3.06.02	Despesas Financeiras	-138.013	-270.171	-128.222	-238.503
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-231.062	-392.696	-135.323	-132.570
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5	-22	0	0
3.08.01	Corrente	4	-13	0	0
3.08.02	Diferido	-9	-9	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-231.067	-392.718	-135.323	-132.570
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-231.067	-392.718	-135.323	-132.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,11523	-0,19584	-0,10226	-0,10018

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,10117	-0,17194	-0,08373	-0,08202

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-231.633	-393.284	-135.323	-132.570
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.344	0	-1.146	-6.750
4.03	Resultado Abrangente do Período	-232.977	-393.284	-136.469	-139.320



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-236.585	-275.430
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.388	63.215
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-392.696	-132.570
6.01.01.02	Depreciação e amortização	18.730	3.001
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	15.325	11.574
6.01.01.05	Despesas Financ. Juros Passivos e Variação Monetária	264.893	231.611
6.01.01.06	Valor justo sobre instrumentos financeiros	-2.271	0
6.01.01.07	Apropriação despesas com stand	54	162
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	2.775	5.586
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	142.767	-55.307
6.01.01.12	Ajuste a valor presente	338	-966
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	1.473	124
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.577	-108.214
6.01.02.01	Operações de Cessão Direitos Creditórios	-12.408	-13.290
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a Receber	-68	0
6.01.02.03	Contas a Receber	-3.954	18.945
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1.851	-1.327
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	-13	616
6.01.02.07	Despesas a Apropriar	231	146
6.01.02.08	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	0	-15.911
6.01.02.09	Debêntures Ativas	-3.054	-274
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes	-15	501
6.01.02.12	Obrigações por Aquisição de Imóveis	-2.440	-2.778
6.01.02.14	Obrigações Fiscais e Impostos a Recolher	47.763	-41.602
6.01.02.15	Fornecedores	-1.936	92
6.01.02.18	Outras Movimentações	12.322	-53.332
6.01.03	Outros	-322.550	-230.431
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-48.398	-58
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos	-274.152	-230.373
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-340.030	-309.825
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	17.743	-22.461
6.02.03	Intangível	-4.956	0
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-352.014	-289.029
6.02.07	Aplicações Avaliadas a Valor Justo	-98	1.818
6.02.08	Aquisição de Imobilizado	-705	-153
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	327.563	213.772
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-172.437	213.772
6.03.05	Aumento de Capital Social	500.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-249.052	-371.483
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	285.719	512.356
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.667	140.873

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	4.907.843	744.162	0	-1.403.191	-66.592	4.182.222
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.907.843	744.162	0	-1.403.191	-66.592	4.182.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	492.528	0	0	0	502.528
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	490.000	0	0	0	500.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-247	0	0	0	-247
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.775	0	0	0	2.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-392.718	0	-392.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-392.718	0	-392.718
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.344	1.344
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.344	1.344
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.344	-1.344
5.05.03.02	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.344	-1.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-66.592	66.592	0
5.06.04	Demais Reclassificações	0	0	0	-66.592	66.592	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.690	0	-1.862.501	0	4.292.032

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	4.907.843	732.556	0	-873.948	-62.822	4.703.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.907.843	732.556	0	-873.948	-62.822	4.703.629
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.586	0	0	0	5.586
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.586	0	0	0	5.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-132.570	-6.750	-139.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-132.570	0	-132.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.750	-6.750
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.750	-6.750
5.07	Saldos Finais	4.907.843	738.142	0	-1.006.518	-69.572	4.569.895

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	15.136	19.369
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.122	19.369
7.01.02	Outras Receitas	14	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.592	-2.042
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.716	-15.827
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.040	-10.968
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-15.325	-11.574
7.02.04	Outros	-6.511	36.327
7.03	Valor Adicionado Bruto	-24.456	17.327
7.04	Retenções	-18.730	-3.001
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.730	-3.001
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-43.186	14.326
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-74.527	96.793
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-142.767	55.307
7.06.02	Receitas Financeiras	68.240	41.486
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-117.713	111.119
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-117.713	111.119
7.08.01	Pessoal	2.996	4.122
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.751	3.764
7.08.01.02	Benefícios	182	109
7.08.01.03	F.G.T.S.	63	249
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.656	610
7.08.02.01	Federais	1.656	610
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	270.353	238.957
7.08.03.01	Juros	264.893	231.611
7.08.03.02	Aluguéis	182	454
7.08.03.03	Outras	5.278	6.892
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-392.718	-132.570
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-392.718	-132.570

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	15.023.408	15.924.225
1.01	Ativo Circulante	6.581.081	7.976.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.149.796	1.044.265
1.01.01.01	Caixa e Bancos	266.890	369.317
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	882.906	674.948
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.781	47.683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.781	47.683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	47.781	47.683
1.01.03	Contas a Receber	3.004.855	4.495.579
1.01.03.01	Clientes	3.004.855	4.495.579
1.01.04	Estoques	1.973.704	1.927.392
1.01.04.01	Estoque de Imóveis a Comercializar	1.973.704	1.927.392
1.01.06	Tributos a Recuperar	125.897	127.858
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	125.897	127.858
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.191	17.243
1.01.07.01	Despesas a Apropriar	11.191	17.243
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	267.857	316.515
1.01.08.03	Outros	267.857	316.515
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	80.461	67.229
1.01.08.03.07	Outros Créditos	181.621	245.340
1.01.08.03.08	Impostos Diferidos	5.775	3.946
1.02	Ativo Não Circulante	8.442.327	7.947.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.814.768	6.326.604
1.02.01.03	Contas a Receber	3.982.993	3.659.662
1.02.01.03.01	Clientes	3.982.993	3.659.662
1.02.01.04	Estoques	2.487.455	2.364.729
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	2.487.455	2.364.729
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	344.320	302.213
1.02.01.09.03	Contas Correntes c/ Parceiros nos Empreendimentos	186.486	155.025
1.02.01.09.07	Direitos Creditórios Adquiridos	84.555	76.678
1.02.01.09.09	Debêntures	29.688	26.634
1.02.01.09.10	Outros Créditos	43.591	43.876
1.02.02	Investimentos	1.023.699	1.012.288
1.02.02.01	Participações Societárias	447.225	456.677
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	415.697	420.136
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	31.528	36.541
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	576.474	555.611
1.02.03	Imobilizado	42.045	50.312
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42.045	50.312
1.02.04	Intangível	561.815	558.486
1.02.04.01	Intangíveis	561.815	558.486

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	15.023.408	15.924.225
2.01	Passivo Circulante	5.744.323	5.221.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.920	102.847
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	87.920	102.847
2.01.02	Fornecedores	214.834	225.044
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	214.834	225.044
2.01.03	Obrigações Fiscais	437.513	432.279
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	437.513	432.279
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	87.932	58.157
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	248.896	295.279
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	100.685	78.843
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.161.211	1.755.074
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.499.996	1.258.415
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.499.996	1.258.415
2.01.04.02	Debêntures	661.215	496.659
2.01.05	Outras Obrigações	2.736.241	2.608.575
2.01.05.02	Outros	2.736.241	2.608.575
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	345.225	369.689
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	116.045	212.503
2.01.05.02.06	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	30.549	32.040
2.01.05.02.07	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	32.710	215.775
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	340.289	375.900
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	1.871.423	1.402.668
2.01.06	Provisões	106.604	98.064
2.01.06.02	Outras Provisões	106.604	98.064
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	106.604	98.064
2.02	Passivo Não Circulante	4.093.827	5.640.593
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.057.118	3.238.784
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.463.731	2.336.634
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.463.731	2.336.634
2.02.01.02	Debêntures	593.387	902.150
2.02.02	Outras Obrigações	1.750.664	2.155.866
2.02.02.02	Outros	1.750.664	2.155.866
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	356.644	359.392
2.02.02.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	199.739	174.582
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias Diferidas	138.841	154.117
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	862.643	1.256.956
2.02.02.02.14	Provisão com Garantia	23.675	34.665
2.02.02.02.15	Outras Obrigações	169.122	176.154
2.02.04	Provisões	286.045	245.943
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	286.045	245.943
2.02.04.01.09	Provisão para Contingências	286.045	245.943
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.185.258	5.061.749
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.907.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.690	744.162
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.747	716.993

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.943	27.169
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.862.501	-1.403.191
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-66.592
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	893.226	879.527

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	481.987	1.142.851	925.993	2.046.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-418.377	-975.950	-731.141	-1.615.073
3.03	Resultado Bruto	63.610	166.901	194.852	431.279
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-131.055	-232.200	-145.314	-289.021
3.04.01	Despesas com Vendas	-46.570	-79.056	-47.305	-89.531
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-65.891	-135.960	-91.811	-183.040
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.143	31.329	7.821	43.975
3.04.04.01	Ganhos em Participações Societárias	1.086	18.798	0	5.644
3.04.04.02	Outras	8.057	12.531	7.821	38.331
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-71.200	-120.587	-46.415	-102.061
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-4.385	-7.209	-4.243	-6.030
3.04.05.03	Depreciações e Amortizações	-11.008	-24.756	-17.651	-27.750
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	-19.696	-31.667	-8.492	-33.367
3.04.05.05	Outras	-36.111	-56.955	-16.029	-34.914
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	43.463	72.074	32.396	41.636
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-67.445	-65.299	49.538	142.258
3.06	Resultado Financeiro	-149.309	-273.696	-127.313	-187.650
3.06.01	Receitas Financeiras	72.959	139.235	35.644	114.377
3.06.02	Despesas Financeiras	-222.268	-412.931	-162.957	-302.027
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-216.754	-338.995	-77.775	-45.392
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.414	-56.175	-31.210	-47.746
3.08.01	Corrente	-37.829	-83.526	-34.815	-62.147
3.08.02	Diferido	14.415	27.351	3.605	14.401
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-240.168	-395.170	-108.985	-93.138
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-240.168	-395.170	-108.985	-93.138
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-231.067	-392.718	-135.323	-132.570
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.101	-2.452	26.338	39.432
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,11523	-0,19584	-0,10226	-0,10018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,10117	-0,17194	-0,08373	-0,08202

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-240.168	-395.170	-108.985	-93.138
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.344	0	-1.146	-6.750
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-241.512	-395.170	-110.131	-99.888
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-232.411	-392.718	-136.469	-139.320
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.101	-2.452	26.338	39.432

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	403.113	-264.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	90.860	232.447
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-338.995	-45.392
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.756	27.750
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	12.869	27.723
6.01.01.05	Despesas Financeiras, Juros passivos e Var. Monetária	390.147	285.987
6.01.01.06	Valor justo sobre instrumentos financeiros	-2.271	0
6.01.01.07	Apropiação de Despesas com stand	8.496	12.472
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	2.775	5.586
6.01.01.09	Baixa de ágio por mais valia de terreno	0	1.933
6.01.01.10	Ajuste no resultado - marcação a mercado	0	-25.856
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-72.074	-41.636
6.01.01.12	Ajuste a Valor Presente	20.284	-50.206
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	49.873	10.637
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	-5.000	23.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	838.272	108.766
6.01.02.01	Operações de Cessão Direitos Creditórios	-7.877	-5.839
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a receber	-13.232	-8.174
6.01.02.03	Contas a Receber	1.147.109	201.130
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	1.961	-1.916
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	-169.038	92.157
6.01.02.08	Despesas a Apropriar	6.052	4.906
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	-32.952	-6.072
6.01.02.11	Debêntures Ativas	-3.054	-274
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	-99.205	-21.239
6.01.02.14	Obrigações por Aquisição de Imóveis	693	-101.003
6.01.02.16	Obrigações fiscais/ Impostos a recolher	3.405	6.818
6.01.02.17	Fornecedores	-10.210	35.069
6.01.02.20	Outras Movimentações	14.620	-86.797
6.01.03	Outros	-526.019	-605.381
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-86.378	-120.104
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos	-439.641	-485.277
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	37.076	-100.309
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	62.093	-37.995
6.02.03	Intangível	-6.051	-6.378
6.02.06	Aplicações Avaliadas a Valor Justo	-98	1.818
6.02.07	Propriedade para Investimentos	-20.863	-54.075
6.02.08	Aquisições de imobilizado	0	-12.995
6.02.09	Venda de imobilizado	1.995	9.316
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-334.658	-102.844
6.03.01	Empréstimos e Financiamento	-834.658	-102.844
6.03.05	Aumento de Capital Social	500.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	105.531	-467.321
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.044.265	1.309.457

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.149.796	842.136

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.907.843	744.162	0	-1.403.191	-66.592	4.182.222	879.527	5.061.749
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.907.843	744.162	0	-1.403.191	-66.592	4.182.222	879.527	5.061.749
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	492.528	0	0	0	502.528	16.151	518.679
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	490.000	0	0	0	500.000	0	500.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-247	0	0	0	-247	0	-247
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.775	0	0	0	2.775	0	2.775
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	16.151	16.151
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-392.718	0	-392.718	-2.452	-395.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-392.718	0	-392.718	-2.452	-395.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.344	1.344	0	1.344
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.344	1.344	0	1.344
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.344	-1.344	0	-1.344
5.05.03.02	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.344	-1.344	0	-1.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-66.592	66.592	0	0	0
5.06.04	Demais Reclassificações	0	0	0	-66.592	66.592	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.690	0	-1.862.501	0	4.292.032	893.226	5.185.258

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.907.843	732.556	0	-873.948	-62.822	4.703.629	626.424	5.330.053
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.907.843	732.556	0	-873.948	-62.822	4.703.629	626.424	5.330.053
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.586	0	0	0	5.586	-35.530	-29.944
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.586	0	0	0	5.586	0	5.586
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-35.530	-35.530
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-132.570	-6.750	-139.320	39.432	-99.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-132.570	0	-132.570	39.432	-93.138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.750	-6.750	0	-6.750
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.750	-6.750	0	0
5.07	Saldos Finais	4.907.843	738.142	0	-1.006.518	-69.572	4.569.895	630.326	5.200.221

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	1.181.663	2.069.566
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.098.411	2.009.309
7.01.02	Outras Receitas	83.252	60.257
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.156.616	-1.788.926
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-975.950	-1.615.073
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-123.373	-149.547
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.869	-27.723
7.02.04	Outros	-44.424	3.417
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.047	280.640
7.04	Retenções	-24.756	-27.750
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.756	-27.750
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	291	252.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	211.309	156.013
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.074	41.636
7.06.02	Receitas Financeiras	139.235	114.377
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	211.600	408.903
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	211.600	408.903
7.08.01	Pessoal	69.344	95.904
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.757	83.222
7.08.01.02	Benefícios	6.924	7.567
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.663	5.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	111.998	92.649
7.08.02.01	Federais	111.039	92.182
7.08.02.03	Municipais	959	467
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	425.428	313.488
7.08.03.01	Juros	390.147	285.987
7.08.03.02	Aluguéis	12.497	11.461
7.08.03.03	Outras	22.784	16.040
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-395.170	-93.138
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-392.718	-132.570
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2.452	39.432

## Mensagem da Administração

Nos últimos 30 meses, desde o início do mandato da nova administração, a empresa alcançou importantes conquistas que haviam sido traçadas em seu plano estratégico, com a entrega de 90% dos projetos lançados pré-2013 e a consequente redução do risco de execução, que possibilitaram o início do ciclo de geração de caixa operacional e desalavancagem financeira.

Recentemente, anunciamos uma mudança em nossa estrutura, com a substituição de nosso Diretor Presidente e de nosso Vice-Presidente Financeiro, cargos que passarão a ser ocupados, a partir de 17 de agosto de 2015, pelos Srs. Márcio Trigueiro e Maurício Teixeira, respectivamente.

No segundo trimestre desse ano, concluímos com sucesso o processo de Aumento de Capital da Companhia, com adesão de mais de 80% da base de acionistas, atingindo o limite máximo estabelecido de R\$500 milhões. Este Aumento de Capital está inserido nos planos da Companhia para atravessar o atual momento de maior incerteza macroeconômica, fortalecendo a estrutura de capital, reforçando a disponibilidade de caixa e alongando o perfil de sua dívida.

Pelo quarto trimestre consecutivo, a Companhia registrou geração operacional de caixa positiva, atingindo R\$78 milhões no período e R\$892 milhões no acumulado dos últimos 12 meses. Parte da desaceleração na geração de caixa em relação ao trimestre anterior decorreu do pagamento de dividendos das ações preferenciais resgatáveis, da distribuição de resultados em projetos com parceiros, e do consumo de caixa registrado pela REP no período. Desconsiderando estes efeitos, a geração de caixa teria atingido R\$218 milhões. A queda na venda de unidades em estoque, em conjunto com o menor volume de vendas à vista e a redução no volume de unidades repassadas, são fatores que também contribuíram para redução na geração de caixa do período. Conforme havíamos comentado nos últimos trimestres, continuamos com a expectativa de geração de caixa crescente para o segundo semestre do ano, impulsionada pela conclusão dos projetos em andamento.

Reflexo do cenário econômico mais difícil e do ambiente de crédito mais restritivo, as vendas brutas registraram queda de 30% em relação ao primeiro trimestre de 2015, quando realizamos a Campanha “Na Ponta do Lápis”. Neste contexto, com objetivo de alavancar as vendas diante do atual arrefecimento da demanda, lançamos a campanha “PDG Facilita”, onde concedemos algumas facilidades a determinados empreendimentos.

Embora as vendas tenham reduzido diante do cenário de maior contração da economia, os distratos se mantiveram em linha com os números apresentados no mesmo trimestre do ano anterior e marginalmente superior ao valor registrado no 1T15. Não realizamos nenhum lançamento no período, focando inteiramente na monetização de nossos ativos.

Em linha com nossa estratégia, concluímos nesse trimestre nosso projeto OBZ (Orçamento Base Zero), realizando em junho um ajuste mais profundo na estrutura corporativa para adequação ao



## Comentário do Desempenho

tamanho atual de nossa operação. Grande parte do resultado desse ajuste deverá ser sentido no 2º semestre do ano, mas mesmo levando em consideração as obrigações trabalhistas incorridas por conta dos desligamentos, as despesas gerais e administrativas já encerraram o trimestre abaixo do trimestre anterior.

O custo a incorrer de obras continua sendo reduzido, encerrando o semestre em R\$ 1,1 bilhão, 23% inferior ao primeiro trimestre do ano e 55% menor que o valor registrado no primeiro semestre de 2014. O custo a incorrer dos projetos lançados pré-2013 atingiu R\$287 milhões no final do período, representado apenas 26% do custo a incorrer total, reduzindo ainda mais o risco de execução da Companhia.

No financeiro, continuamos reduzindo o saldo de financiamento à produção (SFH) trimestre após trimestre, como resultado da entrega e repasse dos empreendimentos. O saldo total dessa linha registrou redução de R\$276 milhões no trimestre, e R\$1,4 bilhão nos últimos 18 meses. Em relação às dívidas corporativas, concluímos negociações importantes e estamos em conversas avançadas para equacionar as necessidades de refinanciamento dos próximos trimestres.

No segundo semestre, continuaremos concentrando nossos esforços na desalavancagem da Companhia, mantendo o plano tático traçado no início deste ano. Além do Aumento de Capital concluído no primeiro semestre, daremos sequência aos outros dois pilares do plano: (1) alongamento das dívidas corporativas; e (2) aceleração da venda de ativos não *core*.

**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações**

Informações Trimestrais - ITR  
Trimestre findo em 30 de Junho de 2015

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015*

### Notas explicativas às Informações trimestrais - ITR

*(Em milhares de Reais)*

#### 1 Contexto operacional

A PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações (“Companhia”), suas controladas e seus empreendimentos em conjunto têm por objetivo social: (a) participação em outras sociedades que atuem no setor Imobiliário, na qualidade de acionista, quotista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, como a subscrição ou a aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (b) aquisição de imóveis para renda; e (c) aquisição de imóveis para incorporação imobiliária.

Constituída como uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil, as ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - “PDGR3”. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Cidade Monções, São Paulo – SP.

A Companhia possui certos empreendimentos de incorporação imobiliária que foram estruturados por meio de sociedades controladas, coligadas e controladas em conjunto. A participação de terceiros nas investidas é realizada por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Além dos recursos gerados nas suas operações a Companhia faz uso de recursos oriundos do Sistema Financeiro Habitacional (“SFH”) e de instituições financeiras de primeira linha. A Companhia classifica e destina as linhas de crédito para capital de giro, em condições normais de mercado, ou para produção de seus empreendimentos imobiliários, firmadas nas condições do SFH e equivalentes.

No planejamento estratégico da Companhia, a Administração previa até o final de 2015 a entrega de quase a totalidade das obras existentes antes de 2013, a venda das unidades remanescentes desses empreendimentos e conseqüentemente o crescimento da geração de caixa operacional. O caixa gerado seria usado para acelerar o processo de desalavancagem e permitir a retomada do seu crescimento.

Até o momento a Companhia obteve êxito na execução desse plano, pois passou a gerar caixa operacional e iniciou o seu processo de desalavancagem. Desde o final de 2012, a sua alavancagem total compreendida pelo total de custos a incorrer, mais sua dívida líquida onerosa, decresceu em R\$6.191, uma vez que reduziu de R\$13.100 para R\$6.909. Ainda, a Companhia foi apoiada pelos seus principais credores no processo de rolagem de suas dívidas bancárias visando concluir o processo de reestruturação.

Apesar do sucesso de execução até o momento, a atual conjuntura econômica impõe riscos adicionais à execução do seu planejamento estratégico. Portanto, a Administração resolveu adotar 3 ações com objetivo de melhorar a estrutura de capital da Companhia e mitigar eventuais riscos na conclusão do processo de reestruturação da empresa:

- Propôs o aumento de capital social em até R\$500.000, o qual foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2015 e, integralizado no seu valor máximo, ao final de 30 de junho de 2015;
- Alongar as dívidas corporativas e de apoio à produção, vencidas em 2015, sendo que parte das mesmas já foi renegociada e as demais se espera que sejam concluídas nos próximos meses; e
- Acelerar a venda de ativos não *core* e de estoques no atacado visando garantir uma margem adicional de liquidez e nesse sentido no segundo semestre de 2014 foram realizadas algumas operações e outras estão em estudo com previsão de finalização no segundo semestre de 2015.

Com as iniciativas acima, esperamos consolidar a conclusão do processo de reestruturação previsto no planejamento estratégico, a despeito da conjuntura econômica mais desfavorável, através de um maior

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

alinhamento entre a materialização de nossos ativos e passivos.

## 2 Apresentação das informações trimestrais e principais políticas contábeis

### 2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia e suas controladas e coligadas (“Grupo”). Na preparação das Informações trimestrais são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações, entre outras, tais como: custo orçado dos empreendimentos em construção, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para contingências e garantias e, classificação de ativos e passivos a curto e longo prazo, entre outros.

Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes informações trimestrais. A Administração monitora e revisa tempestivamente essas estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

A moeda funcional na qual as Informações trimestrais individuais e consolidadas são divulgadas é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As políticas contábeis da Companhia foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

### 2.2. Declaração de conformidade

As Informações trimestrais individuais da PDG Realty S.A Empreendimentos e Participações (“Controladora”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais no caso da Companhia diferem das demonstrações separadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting StandardsBoard (IASB) no que se refere:

- a. À capitalização de juros incorridos pela Controladora e registrados na rubrica de investimentos, em relação aos ativos em construção de suas controladas, os quais para fins de IFRS essa capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.
- b. Ao reconhecimento do resultado de equivalência patrimonial em controladas com patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), nos termos do item 39A do CPC 18.

As Informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas BR GAAP.

Especificamente, as Informações trimestrais consolidadas estão em conformidade com as IFRSs aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04, conforme descrito em detalhes adicionais na Nota Explicativa nº 2.10, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita do setor imobiliário, que envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas.

Não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

acionistas da Controladora, conforme as informações consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs.

A emissão das Informações trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de julho de 2015.

### 2.3. Apresentação das informações por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, o executivo responsável pelas diretorias financeiras e de relações com investidores que, em sua grande maioria, é composto por incorporação imobiliária residencial.

### 2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados como ativo ou passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme a situação específica. A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte de disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia incluem Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outras contas a receber, Debêntures a receber e a pagar, Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) a pagar, Fornecedores, Contas a pagar por aquisição de imóveis, Empréstimos ou financiamentos e Partes relacionadas.

A mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

##### *a. Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como Equivalente de caixa as Aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa. As Aplicações financeiras da Companhia são representadas por Fundos DI, Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), com resgate em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

##### *b. Aplicações financeiras*

São classificadas na rubrica “Aplicações financeiras” reconhecidas em contrapartida no resultado. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como “Aplicações financeiras”; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como Títulos disponíveis para venda, representados no balanço pelo valor justo, tendo como contrapartida uma rubrica do patrimônio líquido.

As aplicações financeiras da Companhia são títulos para negociação e são mensuradas pelo custo acrescido de juros, correção monetária, variação cambial, ajuste ao valor de mercado, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Informações trimestrais individuais e consolidadas

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

e não sujeitas à variação significativa de valor. A abertura dessas aplicações financeiras está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

### ***Recebíveis e empréstimos***

#### ***a. Contas a receber de clientes***

São apresentadas pelo valor nominal ou de realização, sujeitas ao Ajuste a Valor Presente (AVP), indicado na Nota Explicativa nº 5, incluindo atualizações monetárias e juros, quando aplicável. A Companhia constitui Provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela Administração. As estimativas utilizadas para a constituição da PCLD são baseadas nos contratos que são considerados de difícil realização e para os quais não há garantias reais que, no caso da Companhia, estão diretamente ligados à transferência da unidade imobiliária ao comprador.

A variação monetária e os rendimentos sobre o saldo de contas a receber das unidades em fase de construção são registrados no resultado do exercício, na rubrica de “Receita de venda imobiliária”. Após o período de construção, os juros são contabilizados como “Receitas financeiras”.

#### ***b. Passivos financeiros***

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de passivos financeiros ao custo amortizado, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente as Contas a pagar a fornecedores, Contas a pagar por aquisição de imóveis, Outras contas a pagar, Empréstimos e financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Custos e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

#### ***c. Instrumentos financeiros passivos e derivativos***

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais destes. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e as características de cada tipo de passivos financeiros.

### **Classificação como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

### **Passivos a custo amortizado**

#### ***Empréstimos e financiamentos, Certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e Debêntures a pagar***

O reconhecimento inicial dos Empréstimos e financiamentos, Certificado de recebíveis imobiliários e Debêntures (Exceto pelas debêntures da 8ª emissão que estão a valor justo por meio de resultado – vide Nota Explicativa nº 14b e 20), sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Os Empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos contratuais incorridos até a data do balanço. As Debêntures a pagar estão atualizadas em conformidade com os índices previstos nos contratos até a data do balanço.

A Companhia liquida financeiramente a Cessão de créditos de recebíveis imobiliários quando é efetivado a securitização e a respectiva emissão de CRIs. Essa cessão possui direito de regresso contra a Companhia e, dessa forma, o saldo de Contas a receber cedido é mantido contabilizado no balanço patrimonial em contrapartida ao valor recebido antecipadamente registrado no passivo circulante e não circulante. As linhas de crédito contratadas são apresentadas por tipo de dívida e classificadas para financiamento, apoio à produção e capital de giro.

A Companhia apresenta as dívidas pelo valor captado deduzido dos custos de transação, descontos e prêmios incorridos.

### ***Obrigações por aquisição de imóveis***

As obrigações estabelecidas contratualmente para aquisições de terrenos são registradas pelo valor original acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **2.5. Imóveis a comercializar**

### ***a. Terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos***

Os imóveis em construção ou prontos para serem comercializados são registrados ao custo incorrido de construção que não excede o seu valor líquido realizável.

O custo incorrido compreende: terreno; materiais; mão de obra contratada; e outros custos de construção relacionados, incluindo, o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorrido durante o período de construção e os juros de operação de emissão de debênture, os quais são capitalizados na rubrica “Estoques de imóveis a comercializar” e levados ao resultado da Companhia na proporção dos custos incorridos na rubrica “Custo dos imóveis vendidos”).

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda em condições normais de negócios, deduzidos os custos de execução. Os terrenos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros, gerados com o correspondente contas a pagar.

### ***b. Permutas físicas registradas pelo valor justo***

As permutas físicas na compra de terreno com unidades a serem construídas são registradas pelo valor justo, avaliadas pelo valor de venda das unidades permutadas, contabilizado na rubrica “Estoque de imóveis a comercializar” em contrapartida à rubrica “Adiantamentos de clientes”, sendo a receita da venda de imóveis reconhecida de acordo com o critério de reconhecimento de receitas descrito na Nota Explicativa nº 2.10.

## **2.6. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e sim testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

### 2.7. Ajuste a valor presente (“AVP”)

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e de longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (a) juros prefixados; (b) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (c) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente.

Nas vendas a prazo de unidades imobiliárias não concluídas, os recebíveis são ajustados a valor presente, com base em taxa de juros de longo prazo, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica “Receita de venda imobiliária”.

### 2.8. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### a. Provisão para garantias

São registradas ao longo da construção dos empreendimentos e compõem o Custo dos imóveis vendidos àquelas relacionadas ao período de cinco anos pós o término da obra. Para os empreendimentos construídos pela Companhia são reconhecidos a Provisão para garantias baseada no orçamento e no histórico de gastos.

Para os empreendimentos construídos construtoras terceiras, as mesmas assumem a responsabilidade pelas garantias para o período pós término das obras. Contudo, nos casos em que tais construtoras não arquem com os correspondentes custos, a Companhia se responsabiliza solidariamente, e nesses casos a mesma constituiu Provisão para garantias.

A transferência de valor da Provisão para garantias para o passivo circulante é realizada à medida que os empreendimentos são concluídos e entregues aos promitentes compradores; passando então a iniciar o período de garantia.

#### b. Imposto de renda e Contribuição social (IR e CS)

##### *Ativos fiscais diferidos*

Os créditos tributários diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal ou de base negativa da contribuição social, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base a perspectiva de rentabilidade futura tributável. As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado mensalmente e seu registro é mantido na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que esses ativos sejam recuperados. Detalhes adicionais sobre impostos diferidos estão na Nota Explicativa nº 16.

##### *Passivos fiscais correntes e diferidos*

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.



## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício calculado às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Informações trimestrais e ajustado aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os Passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Informações trimestrais.

**Regime do Lucro Real:** Para as controladas que optaram pelo regime de tributação do Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro e consideram a compensação de prejuízos fiscais de IR e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável.

**Regime especial tributário do patrimônio de afetação (“RET”):** Instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 e aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem os direitos e obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92% para Imposto de renda e Contribuição social e de 2,08% para COFINS e PIS.

**Regime do lucro presumido:** aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do Imposto de renda e a Contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e de prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos IR e da CSLL, citados no regime de Lucro Real.

### ***Avaliação dos impactos da Lei 12.973/2014 (antiga Medida Provisória nº 627/2013)***

Com a publicação da Instrução Normativa 949/2009 a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT (Regime tributário de transição) que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida em Lei nº 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escritura mercantil.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revogava o Regime Tributário de Transição (RTT) entre outras providências. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, resultado da conversão da MP 627/2013, que entre outras providências: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 em relação ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passa a vigorar a partir de 2014, caso a empresa exerça tal opção. Dentre os dispositivos da Lei 12.973, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, cálculo dos juros sobre capital próprio e critério de cálculos da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Com base na nossa melhor interpretação do texto corrente da referida Lei, concluímos que não havia necessidade de anteciparmos a aplicação da Lei para o exercício de 2014 e não havia efeitos relevantes em nossas operações e demonstrações

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

financeiras do período findo em 31 dezembro de 2014. A Companhia aderiu à referida Lei a partir de 01 de janeiro de 2015.

### ***Avaliação dos impactos do Decreto 8.426 de 1º de abril de 2015***

A partir de 01/07/2015 o PIS e a COFINS passarão a incidir sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas: (i) sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa; (ii) que tenham apenas parte de suas receitas submetidas ao regime de apuração não-cumulativa.

As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras serão aplicadas à razão de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de hedge. Quanto aos Juros sobre o capital próprio (JCP), serão mantidas as alíquotas em 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

O impacto deste decreto não resultará aumento significativo da carga tributária da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme estudos realizados até 30 de junho de 2015.

### ***c. Participação nos lucros de empregados e administradores***

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros, planos de bônus e, quando aplicável, encontram-se reconhecidos em resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A provisão e o pagamento de bônus são baseados em meta de resultados anuais, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia e suas controladas estabelecem a distribuição de lucros para administradores.

## **2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### ***a. Valor justo de instrumentos financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### ***b. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### ***c. Pagamento baseado em ações***

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações para funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão.

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, a volatilidade e o rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota Explicativa nº 23.

**d. Avaliação do valor líquido recuperável de ativos (impairment)**

A Administração da Companhia anualmente avalia o valor líquido recuperável de ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo; se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, constitui-se provisão para deterioração (impairment), ajustando o respectivo valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua e a flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa.

Os principais ativos da Companhia que têm seus valores de recuperação anualmente testados no final de cada exercício social são: Estoques de imóveis a comercializar, Investimentos mantidos ao valor de custo e Intangíveis com vida útil indefinida.

**e. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**Ativos contingentes** - São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes** - São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

**Obrigações legais** - São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

**f. Orçamento de obras**

Os totais de custos orçados, compostos pelos custos incorridos e os custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

**g. Propriedades para investimentos**

As Propriedades para investimentos são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital e são avaliadas a valor justo, tempestivamente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.

**Metodologias para mensuração do valor justo das propriedades para investimentos**

Para a mensuração do valor justo das propriedades, a empresa de avaliação considerou o método comparativo direto de dados de mercado para os terrenos classificados como propriedades para

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

investimentos e que não possuem um projeto definido. Para os empreendimentos em construção, ou em operação, o avaliador considerou para a mensuração a valor justo o método de renda: Fluxo de caixa descontado. Segue abaixo a descrição de cada um dos métodos:

**Comparativos diretos de dados de mercado** - Por este método, o valor de mercado aplicável a uma propriedade é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, propriedades semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Estas evidências de mercado são homogeneizadas através de ponderação de fatores, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. Na falta de elementos comparáveis, adotaram-se também os demais métodos para a definição do valor.

**Método da renda: Fluxo de caixa descontado** - Por essa metodologia é projetado a receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas.

Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 10º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram desconsideradas perdas de receita por inadimplência.

Propriedades para investimentos em construção são avaliadas pela estimativa do valor justo do investimento, completo e deduzido do montante estimado dos custos para completar a construção, dos custos dos financiamentos e de uma margem de lucro razoável. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo das Propriedades para investimentos estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

### 2.10. Reconhecimento de receita

#### *Vendas de bens e imóveis (Incorporação imobiliária)*

O resultado da venda de imóveis é apurado considerando as receitas contratuais acrescidas de variações monetárias até a entrega das chaves e reduzidos dos seguintes custos: Gastos de aquisição e regularização de terrenos; Custos diretos e indiretos relacionados aos projetos e a construção; Impostos e taxas não recuperáveis; e Encargos financeiros decorrentes de financiamento de obras.

A apropriação do resultado das vendas de imóveis se dá da seguinte forma:

- a. **Nas vendas a prazo de unidade concluída:** no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual; e
- b. **Nas vendas de unidades não concluídas,** de acordo com os critérios estabelecidos pelas:
  - i) **OCPC 01 (R1)** - Entidades de Incorporação Imobiliária emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Deliberação da CVM nº 561 de 17/12/2008;
  - ii) **OCPC - 04** – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras aprovada pela Deliberação da CVM nº 653 de 16/12/2010;
  - iii) **ICPC 02** – Contrato de construção do setor imobiliário aprovada pela Deliberação da CVM nº 612 de 22/12/2009;

As receitas de vendas e os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

os custos de projetos e de terrenos.

As receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como Contas a receber. Valores recebidos superiores às receitas contabilizadas são registrados como Adiantamento de clientes, e os juros prefixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado, observando-se o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

A Companhia avaliou os seus contratos de venda de unidades imobiliárias e os contratos realizados por suas controladas, tendo como base as análises trazidas pela OCPC 04, entendendo que os contratos celebrados se encontram dentro do escopo do CPC 17 - Contratos de construção, uma vez que, à medida que a construção avança, há a transferência dos riscos e benefícios de forma contínua ao promitente comprador do imóvel.

As informações dos saldos das operações com projetos imobiliários em desenvolvimento e Adiantamento de clientes estão demonstradas em detalhes na Nota Explicativa nº 17.

### ***Receita de aluguel de Propriedades para investimentos***

A receita de aluguel de Propriedades para investimentos está reconhecida no resultado consolidado da Companhia, na rubrica de “Outras receitas operacionais”, pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

### ***Receitas financeiras***

As Receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

## **2.11. Despesas de vendas a apropriar**

As comissões sobre as vendas são ativadas e reconhecidas ao resultado pelo mesmo critério de reconhecimento de receitas descrito no item 2.10.

As despesas com propaganda, *marketing* e promoções são reconhecidas ao resultado como despesas de vendas quando da veiculação da propaganda e/ou ação de *marketing*.

## **2.12. Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, Propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das Propriedades para investimentos são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

## **2.13. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A recuperação dos ativos imobilizados por meio das operações futuras, bem como as vidas úteis e o valor residual destes são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

### 2.14. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Na controladora, o ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na Controladora (não é reconhecido separadamente), este não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como resultado de equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional (*impairment*) do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e os resultados da venda.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. As Informações trimestrais individuais e consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou o prejuízo do exercício e dos Outros resultados abrangentes da investida, após a realização de ajustes para alinhar as políticas contábeis da investida com aquelas da Companhia, a partir da data em que a influência significativa começa a existir até a data em que a influência significativa deixa de existir. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida exceder sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, incluindo qualquer participação de longo prazo que faz parte do investimento, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é descontinuado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para perda de investimentos, a qual é demonstrada no passivo não circulante.

No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Os investimentos que mantiverem influência significativa

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

serão contabilizados como investimento em controlada nas Informações trimestrais da Controladora e no consolidado, nesses casos serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

### **2.15. Demais receitas e custos**

As demais receitas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, que são calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. Incluem também os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização.

### **2.16. Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) individual e consolidada, as quais são apresentadas como parte integrante das Informações trimestrais individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### **2.17. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Informações trimestrais, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

### **2.18. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, havendo parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as Informações trimestrais, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Informações trimestrais, esta será registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

### **2.19. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia (Real-R\$) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação das demonstrações financeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado inicial da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado final em moeda estrangeira atualizada à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

### **2.20. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As demonstrações financeiras de 2014 contemplam pronunciamentos e interpretações adotados a partir de 1º de janeiro de 2014:

- **OCPC 07** - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral – Deliberação CVM nº 727 de 11/11/2014: o objetivo da norma é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas. A norma trata que as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Consequentemente, as não relevantes não devem ser divulgadas.

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

- **ICPC 09 (R2)** - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial - Deliberação CVM nº 729 de 27/11/2014: o objetivo da revisão decorre, substancialmente, da emissão dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2), CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), em função das alterações feitas pelo IASB nas normas internacionais-IAS 28, IFRS 10 e IFRS 11. Outros itens também foram revistos visando ajustar o texto às necessidades atuais e mantê-los convergentes com as normas internacionais.
- **ICPC 19** - Tributos - Deliberação CVM nº 730 de 27/11/2014: a Interpretação está correlacionada com a IFRIC *Interpretation 21-Levies*, emitida pelo IASB. O documento dispõe sobre a contabilização de obrigação de pagar um tributo, se a obrigação estiver no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 25 e ainda trata da contabilização de obrigação de pagar tributo cuja época e valor sejam certos.
- Alteração ao **CPC 01/IAS 36** - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- Alteração ao **CPC 39/IAS 32** - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- Revisão Pronunciamento Técnico nº 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do **CPC 35** - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Normas e interpretações (novas e revisadas) emitidas em 2015 e ainda não adotadas:

- **IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros: o projeto de revisão dos normativos sobre instrumentos financeiros é composto por três fases:

**Fase 1:** Classificação e mensuração dos Ativos e Passivos financeiros: com relação à classificação e mensuração nos termos da IFRS 9, todos os ativos financeiros reconhecidos, que atualmente estejam incluídos no escopo da IAS 39, serão posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

**Fase 2:** Metodologia de redução ao Valor recuperável: o modelo de redução ao valor recuperável da IFRS 9 reflete as perdas de crédito esperadas, em vez de perdas de crédito incorridas, nos termos da IAS 39. De acordo com a abordagem de redução ao valor recuperável na IFRS 9, não é mais necessário que um evento de crédito tenha ocorrido antes do reconhecimento das perdas de crédito. Em vez disso, uma entidade sempre contabiliza perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas. O valor das perdas de crédito esperadas deve ser atualizado em cada data das informações trimestrais para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

**Fase 3:** Contabilização de Hedge: as exigências de contabilização de hedge trazidas pela IFRS 9 mantêm os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge da IAS 39. Por outro lado, o novo normativo trouxe maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à



## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. A avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária. Foram introduzidas exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- **IFRS 15** – Receita de contrato com clientes: em 28 de maio de 2014, o IASB e o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiram novos requisitos para o reconhecimento de receita em ambos IFRS e U.S. GAAP, respectivamente. O IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, exige de uma entidade o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando esta for adotada. A aplicação é necessária para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/18, com adoção antecipada permitida para fins de IFRS e não permitida localmente antes da harmonização e aprovação do CPC e da CVM.

A Companhia está avaliando os efeitos do IFRS 15 e do IFRS 9 nas suas Informações trimestrais e ainda não concluiu suas análises até o presente momento, não podendo estimar o impacto da adoção da presente norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia

### 3 Consolidação de controladas

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As Informações trimestrais das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O resultado do período e cada componente dos Outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos acionistas proprietários da Controladora e à participação dos acionistas não controladores.

#### *i. Participação de acionistas não-controladores*

Para cada combinação de negócios, o Grupo (PDG) mensura qualquer participação de acionistas não controladores na data de aquisição, utilizando um dos seguintes critérios:

Pelo valor justo ou pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação do Grupo (PDG) em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de acionistas não controladores são baseados em um valor proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no Ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e, conseqüentemente, não é reconhecido no resultado do exercício qualquer ganho ou perda.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**ii. Perda de controle**

Quando da perda de controle, o Grupo (PDG) desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de acionistas não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado do exercício. Se o Grupo (PDG) retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

**iii. Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo (PDG) na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**4 Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras****a. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se substancialmente a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujo vencimento é inferior a 90 dias sem que haja penalidade no resgate, relativas a Certificados de depósitos bancários e Fundos de renda fixa. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, estão remunerados, em média, a 97% do CDI:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Caixa e Bancos</b>	2.439	7.364	266.890	369.317
<b>Aplicações financeiras</b>				
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	62	-	12.019	16.214
Fundos de investimento de renda fixa	-	3.252	15.654	85.283
Certificados de depósitos bancários (CDB)	31.443	249.121	525.687	547.422
Operações compromissadas	2.723	25.982	329.546	26.029
<b>Subtotal</b>	<b>34.228</b>	<b>278.355</b>	<b>882.906</b>	<b>674.948</b>
<b>Total</b>	<b>36.667</b>	<b>285.719</b>	<b>1.149.796</b>	<b>1.044.265</b>

**b. Aplicações financeiras**

A Companhia aplica em fundo de investimento classificado como “Aplicações financeiras”. As cotas do fundo são valorizadas a mercado e seus rendimentos apropriados no resultado na rubrica de “Receitas financeiras”. O saldo em 30 de Junho de 2015 totalizou R\$ 47.781 (R\$ 47.683 em 31 de dezembro de 2014).

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**5 Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Incorporação e venda de imóveis	122.391	119.156	7.044.292	8.229.790
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(261)	(302)	(18.961)	(19.132)
(-) Ajuste a valor presente	(854)	(1.192)	(37.483)	(55.417)
<b>Total</b>	<b>121.276</b>	<b>117.662</b>	<b>6.987.848</b>	<b>8.155.241</b>
Parcela circulante	91.463	93.444	3.004.855	4.495.579
Parcela não circulante	29.813	24.218	3.982.993	3.659.662
<b>Total</b>	<b>121.276</b>	<b>117.662</b>	<b>6.987.848</b>	<b>8.155.241</b>

As contas a receber de venda de imóveis são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescidas de juros de 12% ao ano.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante, distribuído da seguinte forma:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total
<b>à vencer</b>	1.376.324	771.142	2.147.466	2.451.411	938.197	3.389.608
<b>vencidos</b>	<b>806.578</b>	<b>50.811</b>	<b>857.389</b>	<b>1.057.023</b>	<b>48.948</b>	<b>1.105.971</b>
0 a 30 dias	291.066	3.548	294.614	514.062	3.805	517.867
31 a 60 dias	162.756	6.553	169.309	123.811	5.733	129.544
61 a 90 dias	37.593	7.426	45.019	154.768	7.167	161.935
91 a 120 dias	95.060	1.614	96.674	72.555	3.360	75.915
121 a 360 dias	74.891	1.475	76.366	61.464	2.846	64.310
Mais de 360 dias	145.212	30.195	175.407	130.363	26.037	156.400
<b>Total</b>	<b>2.182.902</b>	<b>821.953</b>	<b>3.004.855</b>	<b>3.508.434</b>	<b>987.145</b>	<b>4.495.579</b>

Os vencimentos dos valores em processo de repasse são referentes à data original que consta no contrato de compra e venda, sendo que a Companhia somente altera a data de vencimento no momento da efetiva renegociação com os clientes.

**Processo de repasse**

Quando a Companhia entrega seus empreendimentos, a quase totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel.

Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá, conforme contrato, parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**Saldos das contas a receber de unidades concluídas e em construção**

Os saldos consolidados das contas a receber de unidades concluídas, em 30 de Junho de 2015, montam R\$ 4.335.346 (R\$ 4.421.496 em 31 de dezembro de 2014), e para empreendimentos em construção, em 30 de Junho de 2015, montam R\$ 2.652.502 (R\$ 3.733.745 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos de contas a receber de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
2016	21.077	17.123	2.273.866	3.278.019
2017	3.730	3.030	1.411.054	163.018
2018	1.356	1.101	154.835	59.210
2019	1.149	933	68.781	50.168
2020 em diante	2.501	2.031	74.457	109.247
<b>Total</b>	<b>29.813</b>	<b>24.218</b>	<b>3.982.993</b>	<b>3.659.662</b>

**Ajuste a Valor Presente (AVP)**

O Ajuste a Valor Presente de contas a receber para unidades não concluídas, apropriado proporcionalmente pelo critério descrito na Nota Explicativa nº 2.10, é calculado utilizando-se uma taxa de desconto de 6,76% nas Informações trimestrais de 30 de Junho de 2015 (5,50% no período findo em 31 de dezembro de 2014), calculada pela taxa média de captação de empréstimos da Companhia e suas controladas, deduzida da inflação (IPC-A). Essa taxa é comparada com a NTN-B e utiliza-se a maior. A taxa atual utilizada é a NTN-B. A taxa de desconto é revisada periodicamente pela Administração da Companhia.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)**

A Companhia constituiu como PCLD o montante de R\$ 18.961 (R\$ 19.132 em 31 de dezembro de 2014), aproximadamente 37% sobre o saldo, de sua carteira direta, em atraso, em 30 de Junho de 2015. Os saldos em atraso são referentes aos casos de pró-solutu; ou seja, unidades que foram repassadas aos clientes e que ainda possuem saldos a pagar com a Companhia.

**Unidades inscritas no Regime especial de tributação (RET)**

A Companhia possui em 30 de Junho de 2015 o total de 136 obras (124 em 31 de dezembro de 2014) inscritas no RET. Os saldos das contas a receber relacionados a estes empreendimentos montam em 30 de Junho de 2015 R\$ 4.428.524 (R\$ 5.045.109 em 31 de dezembro de 2014), que representam 56% do total do saldo de contas a receber da Companhia em 30 de Junho de 2015 (51% em 31 de dezembro de 2014).

**Unidades distratadas**

O tratamento contábil da Companhia e suas controladas no distrato de unidades é o de reversão da receita e dos custos acumulados anteriormente, registrados pelo andamento de obra do empreendimento quando da rescisão dos contratos.

A Companhia, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, registrou um volume líquido de 2.042 unidades distratadas (1.707 unidades nos seis meses de 2014); deste total, 76,10% ocorreu por desenquadramento de renda (em 2014: 84%), 15,03% por troca (em 2014: 2,17%) e 8,87% por razões variadas (em 2014: 13,83%).

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**6 Estoques de imóveis a comercializar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Imóveis em construção	6.065	3.707	812.680	870.950
Imóveis concluídos	2.539	5.392	964.626	698.732
Terrenos para futuras incorporações	40.718	40.391	2.540.939	2.576.820
Adiantamentos a fornecedores	967	1.367	13.550	11.608
Juros capitalizados	2.537	1.956	127.042	115.770
Mais valia sobre terrenos	-	-	2.322	18.241
<b>Total</b>	<b>52.826</b>	<b>52.813</b>	<b>4.461.159</b>	<b>4.292.121</b>
Parcela circulante	12.108	12.422	1.973.704	1.927.392
Parcela não circulante	40.718	40.391	2.487.455	2.364.729
<b>Total</b>	<b>52.826</b>	<b>52.813</b>	<b>4.461.159</b>	<b>4.292.121</b>

O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica “Imóveis em construção”, dentro da rubrica “Estoques de imóveis a comercializar”, quando as unidades são colocadas à venda, ou seja, no momento em que o empreendimento é lançado.

O saldo do ágio correspondente à valorização de terrenos e dos encargos capitalizados, na Controladora, ficam registrados em “Investimentos” e em “Estoques de imóveis a comercializar” no consolidado, em conformidade com a OCPC 01.

**Terrenos para futuras incorporações**

A Companhia reclassifica parte de seus estoques para a parcela não circulante de acordo com a programação de lançamentos dos anos subsequentes para a rubrica “Terrenos para futuras incorporações”.

A Companhia acumula gastos com imóveis na cidade de Salvador, classificado na rubrica de “Terrenos para futuras incorporações”, que serão alocados, principalmente, a empreendimentos considerados no projeto denominado, pela Companhia, como “Mintaka”. O registro da permuta física referente aos futuros projetos “Mintaka” serão registradas em Estoques e Adiantamento de clientes quando da definição dos correspondentes projetos.

**Alocação dos encargos financeiros**

As despesas financeiras de Empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos recursos foram utilizados no processo de construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizadas na rubrica “Estoques de imóveis a comercializar” e apropriadas ao resultado na rubrica “Custos dos imóveis vendidos”, no consolidado, de acordo com o percentual de vendas de cada empreendimento.

Os saldos dos encargos financeiros aplicáveis à Controladora são apresentados na rubrica “Investimentos”, conforme Nota Explicativa nº 7. A movimentação, em 30 de Junho de 2015, pode ser assim demonstrada:

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.956</b>	<b>1.934</b>	<b>115.770</b>	<b>197.322</b>
Ajuste Saldo inicial	-	-	-	-
<b>(+) Encargos financeiros capitalizados referentes a:</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.726	2.645	89.504	184.135
Debêntures	-	-	17.944	24.217
<b>Total de encargos financeiros capitalizados no período</b>	<b>1.726</b>	<b>2.645</b>	<b>107.448</b>	<b>208.352</b>
(-) Encargos apropriados ao resultado no custo de imóveis	(1.145)	(2.623)	(96.176)	(289.904)
<b>Total</b>	<b>2.537</b>	<b>1.956</b>	<b>127.042</b>	<b>115.770</b>

**7 Investimentos****a. Informações sobre as controladas em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, são apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas.

As sociedades controladas têm como propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, relativos à comercialização de imóveis residenciais e comerciais.

A Companhia possui acordos de acionistas relativos às controladas com participação inferior a 100%. Em relação às deliberações da Administração dessas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria destas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio.

As Informações trimestrais das sociedades controladas, utilizadas para fins de apuração do resultado de equivalência patrimonial e para a consolidação, possuem as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2, quando aplicável. O resumo das principais Informações trimestrais das controladas está descrito na Nota Explicativa nº 7c.

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

A movimentação dos investimentos na Companhia é assim demonstrada:

Nome da empresa	Controladora									
	% de Participação direta	% de Participação Indireta	Saldo em 31/12/2014	Aumentos / Integralizações	Reduções / Baixas	Ganho/ Perda de Capital	Distribuição de Dividendos	Demais <sup>1</sup>	de Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2015
<b>Investimentos em controladas</b>										
Agre Empreendimentos Imobiliários S.A	99,99%	0,01%	1.685.652	-	58.219	-	-	-	(88.958)	1.654.913
Amazon Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	0,01%	13.228	-	(1.070)	-	-	-	419	12.577
Fator Aquarius Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	0,01%	20.543	-	(7.939)	-	-	-	262	12.866
ATP Adelaide Participacoes Ltda	99,99%	0,01%	65.559	-	(920)	-	-	-	(326)	64.313
Bento Lisboa Participações S. A.	40,00%	60,00%	13.188	-	(7.621)	-	-	-	932	6.499
CHL Desenvolvimento Imobiliário S/A	72,79%	27,21%	697.810	-	(9.801)	-	24.424	-	6.610	719.043
Club Felicitá Empreendimento Imobiliários S.A.	99,99%	0,01%	15.396	-	(216)	-	-	-	(30)	15.150
Club Florença Empreendimento Imobiliários S.A.	99,99%	0,01%	11.687	-	(164)	-	-	-	(88)	11.435
Colore Empreendimento Imobiliário Spe S/A	87,35%	0,00%	22.909	-	(321)	-	-	-	(142)	22.446
PDG Spe 16 Empreendimentos Imo	50,00%	50,00%	3.973	-	-	-	-	-	2.218	6.191
Gold Investimentos S.A.	49,32%	50,68%	237.253	-	-	(9.953)	(5.614)	-	1.026	222.712
Goldfarb Incorporações E Construções S.A	99,99%	0,01%	1.467.912	-	(23.577)	-	-	-	(267)	1.444.068
LN 29 Incorporação e Empreendimento Ltda	64,00%	0,00%	10.966	-	(154)	-	-	-	(31)	10.781
LN 8 Incorp e Empreend Ltda	99,99%	0,01%	27.704	-	-	-	-	-	(7.308)	20.396
PDG São Paulo Incorporações S.A	99,99%	0,01%	333.156	-	(4.680)	-	-	-	(14.442)	314.034
PDG Araxa Income S.A.	99,99%	0,01%	34.471	-	(484)	-	-	-	(94)	33.893
PDG Companhia Securitizadora	99,99%	0,01%	67.522	-	-	-	-	-	(1.465)	66.057
PDG Desenvolvimento Imobiliário Ltda	99,99%	0,01%	385.228	-	(41)	(5.372)	(10.098)	-	428	370.145
PDG Ln 28 Incorporação e Empreendimento Ltda	99,99%	0,01%	18.000	-	(252)	-	-	-	127	17.875
PDG Ln 31 Incorporação e Empreendimentos Ltda	99,99%	0,01%	11.107	-	(157)	-	-	-	(1.903)	9.047
PDG Ln 34 Incorp e Empreend Ltda	99,99%	0,01%	(1.229)	38.371	-	-	-	-	9.487	46.629
PDG Ln7 Incorporação e Empreendimentos S.A.	99,99%	0,01%	48.419	-	-	-	-	-	(11.031)	37.388
Performance Br Empreendimentos Imobiliários S.A.	68,00%	0,00%	86.808	-	(1.219)	-	(7.430)	-	(3.060)	75.099
PDG Vendas Corretora Imobiliária Ltda.	99,99%	0,01%	26.691	-	(7.277)	-	-	-	-	19.414
REP Desenvolvimento Imobiliário S.A	58,10%	0,00%	197.615	-	(9.191)	-	-	-	2.331	190.755
Fator Sky Empreendimento Imobiliário Ltda	99,99%	0,01%	14.385	-	(4.336)	-	-	-	534	10.583
Zmf 5 Incorporações S.A	99,99%	0,01%	28.410	-	(399)	-	-	-	3.085	31.096
PDG 64 Empreendimentos e Participações S.A	67,00%	0,00%	242.025	80	(13.371)	-	-	-	(11.330)	217.404
Demais <sup>2</sup>			166.615	36.207	(113.079)	-	(3.045)	6.919	(30.979)	62.638
			<b>5.953.003</b>	<b>74.658</b>	<b>(148.050)</b>	<b>(15.325)</b>	<b>(1.763)</b>	<b>6.919</b>	<b>(143.995)</b>	<b>5.725.447</b>
<b>Investimentos em coligadas</b>										
Fator Ícone Empreendimento Imobiliários.	50,00%	0,00%	853	5.676	-	-	-	-	845	7.374
TGLT S.A <sup>3</sup>	27,18%	0,00%	22.178	-	(22.956)	-	-	1.244 <sup>4</sup>	(466)	-
Demais <sup>2</sup>			28.469	658	(7.389)	-	(7.448)	2.955	849	18.094
			<b>51.500</b>	<b>6.334</b>	<b>(30.345)</b>	<b>-</b>	<b>(7.448)</b>	<b>4.199</b>	<b>1.228</b>	<b>25.468</b>
<b>Subtotal - participações societárias</b>			<b>6.004.503</b>	<b>80.992</b>	<b>(178.395)</b>	<b>(15.325)</b>	<b>(9.211)</b>	<b>11.118</b>	<b>(142.767)</b>	<b>5.750.915</b>
<b>Demais</b>										
Intangível			395.466	24.580	(5.013)	-	-	-	-	415.033
Juros capitalizados			13.140	-	(1.425)	-	-	-	-	11.715
Mais valia de terreno			59.643	-	(15.919)	-	-	-	-	43.724
<b>Subtotal - demais investimentos</b>			<b>468.249</b>	<b>24.580</b>	<b>(22.357)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>470.472</b>
<b>Total dos investimentos</b>			<b>6.472.752</b>	<b>105.572</b>	<b>(200.752)</b>	<b>(15.325)</b>	<b>(9.211)</b>	<b>11.118</b>	<b>(142.767)</b>	<b>6.221.387</b>

<sup>1</sup> Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".<sup>2</sup> Investimentos em Controladas e Coligadas com saldos individualizados de até R\$ 5 milhões em 30 de junho de 2015.<sup>3</sup> Coligada alienada em maio de 2015.<sup>4</sup> Contempla variação cambial de R\$ 1.344

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

**b. Informações sobre as controladas em conjunto e coligadas do Grupo (PDG) em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.**

Nome da empresa	% de Participação Direta	Consolidado			Resultado total do período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Investimentos em 30/06/2015	Saldo consolidado		Resultado de Equivalência em 30/06/2014
		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido				Investimentos em 31/12/2014	Investimentos em 30/06/2015	
Api Spe 08 - Planejamento e Desenvol. Imob. Ltda.	50,00%	108.360	46.464	61.896	-	-	30.948	30.948	-	
Chl Lxxviii Incorporações Ltda Imobiliários S.A	50,00%	38.516	17.473	21.043	2.596	1.298	10.522	14.224	853	
Costa São Caetano Empreendimentos S.A.	25,00%	94.490	75.067	19.423	(202)	(51)	4.856	8.146	315	
Giese Incorporadora Ltda	42,46%	139.570	92.239	47.331	385	163	20.097	19.933	265	
Iepe - Investimentos Imobiliários Ltda	30,00%	25.731	6.869	18.862	354	106	5.659	5.621	(4.014)	
Inpar - Abyara - Projeto Res. Santo Amaro Spe Ltda	30,00%	27.429	5.636	21.793	(47)	(14)	6.538	6.560	(28)	
Jetirana Empreendimentos S.A.	50,00%	171.713	125.630	46.083	12.332	6.166	23.042	22.509	9.328	
Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda	50,00%	-	-	-	-	-	-	5.640	(18)	
Londres Empreendimentos S.A.	25,00%	133.614	87.768	45.846	1.961	490	11.462	12.184	1.079	
Murcia Empreendimentos Imobiliários Ltda	30,00%	-	-	-	-	-	-	5.597	-	
Paioi Velho Ltda.	39,00%	34.084	7.381	26.703	-	-	10.414	10.414	-	
Queiroz Galvão Mac Cyrela Veneza S.A.	20,00%	92.098	77.805	14.293	(7.365)	(1.473)	2.859	8.976	(672)	
Schahin Borges De Figueiredo Incorporadora Ltda	30,00%	27.732	76	27.656	-	-	8.297	8.297	-	
Shopping Buriti Mogi Empr. Imob. SPE Ltda.	50,00%	130.482	55.119	75.363	2.711	1.356	37.682	34.590	654	
Spe Chl Cv Incorporações Ltda	50,00%	101.136	60.007	41.129	12.716	6.358	20.565	14.207	4.274	
Spe Reserva I Empreendimento Imobiliário S/A	50,00%	180.863	159.899	20.964	15.938	7.969	10.482	19.792	7.565	
TGLT	27,18%	-	-	-	-	-	-	22.179	(1.333)	
Windsor Investimentos Imobiliários Ltda	25,00%	1.223.075	573.393	649.682	183.976	45.994	162.421	116.915	22.853	
Demais investidas <sup>1</sup>		598.721	458.906	139.815	8.871	3.712	8.427	49.853	53.404	
		<b>3.127.614</b>	<b>1.849.732</b>	<b>1.277.882</b>	<b>234.226</b>	<b>72.074</b>	<b>8.427</b>	<b>415.697</b>	<b>420.136</b>	<b>41.636</b>
<b>Demais</b>										
Intangível							31.528	36.541		
<b>Subtotal - demais investimentos</b>							<b>31.528</b>	<b>36.541</b>		
<b>Total dos investimentos</b>		<b>3.127.614</b>	<b>1.849.732</b>	<b>1.277.882</b>	<b>234.226</b>	<b>72.074</b>	<b>8.427</b>	<b>447.225</b>	<b>456.677</b>	<b>41.636</b>

<sup>1</sup> Investimentos com saldos de até R\$ 5 milhões em 30 de junho de 2015.

<sup>2</sup> Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".



## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

**c. Informações financeiras das controladas do Grupo (PDG) em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.**

Consolidado em 30/06/2015						Saldo Consolidado				
Nome da empresa	% Total da Companhia	% de Minoritários	Patrimônio		Resultado	Resultado de Não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores 31/12/2014	Resultado em 30/06/2014	
			Ativo	Passivo						
Araxá Participações e Empreend. Imob. S.A	42,00%	58,00%	129.896	47.261	82.635	4.120	2.390	47.928	45.539	8.394
CHL Lxviii Incorporações Imobiliárias S.A	70,00%	30,00%	30.658	653	30.005	9	3	9.002	8.999	166
SPE Chl Xcii Incorporações Imobiliárias S.A	70,00%	30,00%	231.777	200.250	31.527	1.254	376	9.458	9.082	(30)
Geraldo Martins Empreendimentos Imob. S.A	50,00%	50,00%	62.213	23.249	38.964	(2.332)	(1.166)	19.482	20.648	5.428
PDG Mash Empreendimento Imob. Spe Ltda	50,00%	50,00%	39.298	15.908	23.390	(1.841)	(921)	11.695	12.616	3.756
PDG SP 5 Incorporações Spe Ltda	50,00%	50,00%	23.910	11.821	12.089	(470)	(235)	6.045	12.280	1.623
LBC Empreendimento Imobiliário Spe Ltda	50,00%	50,00%	23.592	5.667	17.925	213	107	8.963	8.856	1.444
Peonia Empreendimentos Imobiliários	66,30%	33,70%	78.370	30.991	47.379	(68)	(23)	15.967	16.042	374
Colina De Piata Incorporadora Ltda	87,50%	12,50%	68.222	33.323	34.899	(2.849)	(356)	4.362	10.255	(241)
Esperanca Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	32.242	2.346	29.896	(11.869)	(3.561)	8.969	5.771	1.069
Torre De Ferrara Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	22.511	610	21.901	(488)	(146)	6.570	6.022	(334)
Torre De Rhodes Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	18.685	965	17.720	(10.024)	(3.007)	5.316	5.650	(1.127)
Aquarelle Incorporadora Ltda	60,00%	40,00%	13.343	1.306	12.037	(956)	(382)	4.815	5.197	(1.529)
CHL Cxx Incorporações S.A	55,00%	45,00%	69.152	47.070	22.082	7.825	3.521	9.937	6.416	1.250
Jardim Das Vertentes Incomp Spe Ltda	87,50%	12,50%	59.070	23.199	35.871	(3.789)	(474)	4.484	5.739	241
Gonder Incorporadora Ltda.	86,00%	14,00%	287.730	267.783	19.947	(34.100)	(4.774)	2.793	7.567	(532)
BNI Artico Desenvolvimento Imobiliario Ltda	50,38%	49,62%	19.236	7.142	12.094	(1.275)	(633)	6.001	7.326	187
Agin Anapolis Empreendimento Imobiliario	50,00%	50,00%	68.592	437	68.155	(245)	(123)	34.078	34.200	113
API Spe10-Plan e Des De Emp Imob Ltda	80,00%	20,00%	89.090	58.032	31.058	1.579	316	6.212	5.896	278
Shimpako Incorporadora Ltda.	66,67%	33,33%	46.894	3.463	43.431	(5)	(2)	14.476	14.478	(1)
Astroemeria Incorporadora Ltda.	80,00%	20,00%	35.278	7.015	28.263	24	5	5.653	5.648	1
Gerbera Incorporadora Ltda.	71,67%	28,33%	63.954	6.296	57.658	1	-	16.335	16.334	(14)
Acanto Incorporadora Ltda.	66,67%	33,33%	29.973	1.063	28.910	-	-	9.636	9.636	-
Garibaldi Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	-	-	-	-	-	-	5.490	-
Dubhe Incorporadora SA	55,00%	45,00%	39.645	5.223	34.422	-	-	15.490	15.490	-
Gandel Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	133.916	81.585	52.331	(5.053)	(1.516)	15.699	14.642	2.306
Orion Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	89.271	33.642	55.629	(1.207)	(362)	16.689	15.847	1.142
Performance Br Empreendimentos Imob. S.A.	68,00%	32,00%	117.770	7.330	110.440	(4.500)	(1.440)	35.341	40.277	10.285
LN 29 Incorporação e Empreendimento Ltda	64,00%	36,00%	39.178	22.333	16.845	(48)	(17)	6.064	6.081	(608)
REP Desenvolvimento Imobiliário S.A	58,10%	41,90%	771.580	403.560	368.020	2.208	925	154.200	183.638	7.993
Vitality Empreendimentos Imobiliários Ltda	80,00%	20,00%	32.788	1.302	31.486	219	44	6.297	7.948	(13)
Demais investimentos <sup>1</sup>			2.878.850	2.017.714	861.136	7.167	8.999	375.269	309.917	(2.189)
<b>Total</b>			<b>5.646.684</b>	<b>3.368.539</b>	<b>2.278.145</b>	<b>(56.500)</b>	<b>(2.452)</b>	<b>893.226</b>	<b>879.527</b>	<b>39.432</b>

<sup>1</sup> Investimentos com saldos de até R\$ 5 milhões em 30 de junho de 2015

**d. Investimentos em ações**

Em 30 de Junho de 2015 a Companhia, através de sua controlada Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., mantém fundo de investimento exclusivo (FIP PDG), cujos principais ativos são participações societárias em controladas da Companhia. As cotas do fundo são valorizadas conforme cotação patrimonial e seus rendimentos, apropriados no resultado da controlada, são eliminados quando da elaboração das informações consolidadas da Companhia.

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

## 8 Propriedades para investimentos

	Empreendimentos em operação	Empreendimentos em fase de desenvolvimento <sup>1</sup>	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>385.144</b>	<b>77.430</b>	<b>462.574</b>
Aquisições e benfeitorias (a)	330	80.484	80.814
Alienação (b)	(15.769)	-	(15.769)
Ajuste a valor justo (c)	15.665	25.856	41.521
Transferências (d)	140.752	(140.752)	-
Reclassificações (e)	(6.070)	(7.459)	(13.529)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>520.052</b>	<b>35.559</b>	<b>555.611</b>
Aquisições e benfeitorias (f)	23.364	10.699	34.063
Alienação (g)	(13.200)	-	(13.200)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>530.216</b>	<b>46.258</b>	<b>576.474</b>

<sup>1</sup> Empreendimentos em fase de construção ou revitalização; não operantes

- (a) Gastos com a construção do Shopping Botucatu e revitalização dos Shoppings Valinhos, Hortolândia e Bay Market (Mais Shopping).  
 (b) Alienação refere-se a venda do Shopping Largo XIII.  
 (c) Reconhecido no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas operacionais".  
 (d) Referem-se a transferência do saldo de obras em andamento para Edificações devido a inauguração do Shopping  
 (e) A Controladora REP e suas investidas apuraram créditos tributários (PIS e Cofins) oriundos de benfeitorias realizadas nos imóveis, sendo reclassificado parte do valor do ativo para impostos a recuperar.  
 (f) Refere-se a revitalização/expansão dos Shoppings Valinhos e Bay Market (Mais Shopping) e aquisição de CCS por meio da SPE Santo Eustáquio.  
 (g) Refere-se a venda do ativo (Imóvel) do CCS Lapa

## a. Mensuração do valor justo das Propriedades para investimentos

A controlada REP-Real Estate Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas adotam o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

**Hierarquia do valor justo**

O valor justo das Propriedades para investimentos é determinado com base em fluxo de caixa descontado, elaborado internamente, e laudo de avaliação patrimonial obtido junto a avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo anualmente e os estudos internos são realizados a cada indício de alteração das premissas utilizadas para cálculo do valor justo das propriedades. A mensuração do valor justo de Propriedades para investimentos foi classificada como valor justo Nível 2 (Método comparativo direto de dados de mercado) e 3, com base nos dados (*inputs*) para a técnica de avaliação utilizada.

**Técnicas de avaliação e dados observáveis e não observáveis - Valor justo nível 2 e 3**

O quadro a seguir demonstra o método de avaliação utilizado na mensuração do valor justo das Propriedades para investimentos, bem como os dados (*inputs*) observáveis ou não observáveis significativos utilizados em 31 de dezembro de 2014:

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
 Informações trimestrais  
 em 30 de Junho de 2015

Hierarquia do valor justo – Nível	Técnica de avaliação	Dados ( <i>inputs</i> ) significativos	Relacionamento entre dados ( <i>inputs</i> ) significativos observáveis e não observáveis	Valor das propriedades em 2014
Nível 2	<p><b>Laudo de avaliação patrimonial:</b>            O valor de mercado aplicável a uma propriedade é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, propriedades semelhantes em oferta ou transacionados recentemente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhum dado significativo foi considerado na avaliação.</li> </ul>	<p>O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o aumento ou diminuição do volume de transações na região aonde a propriedade está localizada.</li> <li>aumento ou diminuição do limite de área de construção.</li> <li>eventos extraordinários ocorressem que aumente ou diminua o valor do metro quadrado na região.</li> </ul>	R\$ 48.200
Nível 3	<p><b>Fluxos de caixa descontados:</b>            O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir das Propriedades para investimentos, levando em consideração a taxa de crescimento dos preços dos arrendamentos, custos de construção a incorrer dos empreendimentos em construção, custos de manutenção dos empreendimentos e taxa de ocupação.            Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco.            Entre outros fatores, a estimativa taxa de desconto para empreendimentos em construção, considera os riscos de construção.            Modelo de fluxo de caixa descontado “Taxa Real”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento esperado dos preços dos arrendamentos no mercado de 2% a 15%.</li> <li>Prazo de manutenção do empreendimento em média de 10 anos.</li> <li>Custo de manutenção do empreendimento - média de 3% das receitas operacionais líquidas.</li> <li>Taxas de desconto ajustadas ao risco para intervalo de 8,9% a 14%.</li> </ul>	<p>O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o crescimento esperado dos preços dos arrendamentos no mercado forem superiores ou inferiores.</li> <li>a taxa de ocupação for maior ou menor.</li> <li>os períodos sem recebimento do arrendamento forem mais ou menos curtos. ou</li> <li>a taxa de desconto ajustada ao risco for maior ou menor.</li> </ul>	R\$ 507.411

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

## 9 Imobilizado

O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas. Estão relacionados às atividades operacionais. Há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação anual é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens, como segue:

Custo:	Controladora					Total
	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Estande de vendas (i)		
Saldo em 31.12.2013	379	3.848	-	11.757		15.984
. Baixas	-	(17)	-	(11.757)		(11.774)
Saldo em 31.12.2014	379	3.831	-	-		4.210
. Adições	-	-	705	-		705
Saldo em 30.06.2015	379	3.831	705	-		4.915

  

Depreciação:	Controladora					Total
	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Estande de vendas (i)		
Saldo em 31.12.2013	(236)	(2.381)	-	(11.757)		(14.374)
. Depreciações	(37)	(1.060)	-	-		(1.097)
. Baixas	-	-	-	11.757		11.757
Saldo em 31.12.2014	(273)	(3.441)	-	-		(3.714)
. Depreciações	(19)	(79)	(12)	-		(110)
Saldo em 30.06.2015	(292)	(3.520)	(12)	-		(3.824)
Saldo residual em 30.06.2015	87	311	693	-		1.091
Saldo residual em 31.12.2014	106	390	-	-		496
Saldo residual em 31.12.2013	143	1.467	-	-		1.610

  

Custo:	Consolidado						Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	Estande de vendas (i)	Demais imobilizações	
Saldo em 31.12.2013	37.736	16.677	25.845	16.917	377.696	20.429	495.300
. Adições	-	814	412	7.552	18.296	-	27.074
. Baixas	(5.789)	-	(19)	-	(386.355)	(15.351)	(407.514)
Saldo em 31.12.2014	31.947	17.491	26.238	24.469	9.637	5.078	114.860
. Adições	-	753	289	6.990	1.258	77	9.367
. Baixas	(1.591)	-	-	(10.081)	(1.348)	(20)	(13.040)
Saldo em 30.06.2015	30.356	18.244	26.527	21.378	9.547	5.135	111.187

  

Depreciação:	Consolidado						Total
	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	Estande de vendas (i)	Demais imobilizações	
Saldo em 31.12.2013	(12.690)	(9.209)	(18.315)	(8.803)	(373.562)	(4.844)	(427.423)
. Depreciações	(3.331)	(1.632)	(3.811)	(1.523)	(17.075)	(529)	(27.901)
. Baixas	2.096	-	10	-	385.289	3.381	390.776
Saldo em 31.12.2014	(13.925)	(10.841)	(22.116)	(10.326)	(5.348)	(1.992)	(64.548)
. Depreciações	(745)	(443)	(1.057)	(693)	(2.991)	(252)	(6.181)
. Baixas	144	34	-	31	1.352	26	1.587
Saldo em 30.06.2015	(14.526)	(11.250)	(23.173)	(10.988)	(6.987)	(2.218)	(69.142)
Saldo residual em 30.06.2015	15.830	6.994	3.354	10.390	2.560	2.917	42.045
Saldo residual em 31.12.2014	18.022	6.650	4.122	14.143	4.289	3.086	50.312
Saldo residual em 31.12.2013	25.046	7.468	7.530	8.114	4.134	15.585	67.877

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

- (i) A depreciação é efetuada conforme a vida útil dos ativos, com prazo médio de 18 meses utilizados durante o período de comercialização dos empreendimentos, e apropriada no resultado na rubrica “Despesas com vendas”.  
 A baixa é realizada em consequência da desmobilização do stand.
- (ii) A amortização é realizada ao longo do contrato de locação do imóvel.

**Teste de recuperabilidade (*impairment*) do Imobilizado**

O Grupo revisa periodicamente a existência de indícios de recuperabilidade dos Ativos imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, o Grupo (PDG) analisa e constitui provisão para redução ao valor recuperável. Para o período findo em 30 de Junho de 2015, o Grupo (PDG) não identificou indícios, ou necessidades de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos seus Ativos imobilizados.

**10 Intangível**

Segue a composição dos ativos intangíveis em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Composição dos ágios por empresa</b>				
Agre Empreendimentos Imobiliários S.A.	275.900	275.900	337.120	335.342
Windsor Investimentos Imobiliários Ltda. (i) (iii)	24.580	-	24.580	24.580
Agre Urbanismo S.A.	3.403	3.403	3.403	3.403
PDG São Paulo Incorporações S.A.	-	-	3.373	3.548
Aztronic Engenharia de Softwares Ltda. (i)	4.362	4.362	4.362	4.362
CHL Desenvolvimento Imobiliários S.A.	59.443	59.443	59.855	60.009
Goldfarb Incorporações e Construções S.A.	38.377	38.377	40.903	40.806
LN 8 Incorporação e Empreendimentos Ltda.	2.944	2.944	2.944	2.944
PDG Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	-	35.767	35.767
PDG LN Incorporações e Construções S.A.	3.438	3.438	3.438	3.438
TGLT S.A. (i) (ii)	-	5.013	-	5.013
Fator Ícone Empreendimento Imobiliários. (i)	2.586	2.586	2.586	2.586
<b>Total</b>	<b>415.033</b>	<b>395.466</b>	<b>518.331</b>	<b>521.798</b>
<b>Software e outros intangíveis</b>	<b>30.291</b>	<b>28.037</b>	<b>75.012</b>	<b>73.229</b>
<b>Subtotal</b>	<b>445.324</b>	<b>423.503</b>	<b>593.343</b>	<b>595.027</b>
Realocação para Investimentos (Nota 7) (i)	(415.033)	(395.466)	(31.528)	(36.541)
<b>Saldo final</b>	<b>30.291</b>	<b>28.037</b>	<b>561.815</b>	<b>558.486</b>

- (i) Nas Informações trimestrais da “Controladora” e “Consolidado” esses Intangíveis estão sendo apresentados inclusos nas rubricas de Investimentos, pois são intangíveis de empresas coligadas (Nota Explicativa nº 7)
- (ii) Baixa do saldo em maio de 2015, mediante alienação do investimento na coligada.
- (iii) Valor originário da incorporação da controladora PDG 65 Empreendimentos e Participações Ltda.

**a. Movimentação dos Ativos intangíveis**

As movimentações dos ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim demonstradas:

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

	Controladora		Consolidado			
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Sub-total	Mais valia nos Investimentos	Total
<b>Custo:</b>						
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>37.371</b>	<b>88</b>	<b>110.441</b>	<b>110.529</b>	<b>615.132</b>	<b>725.661</b>
. Adições	4.835	-	18.780	18.780	-	18.780
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>42.206</b>	<b>88</b>	<b>129.221</b>	<b>129.309</b>	<b>615.132</b>	<b>744.441</b>
. Adições	4.955	-	9.796	9.796	-	9.796
<b>Saldo em 30.06.2015</b>	<b>47.161</b>	<b>88</b>	<b>139.017</b>	<b>139.105</b>	<b>615.132</b>	<b>754.237</b>
<b>Amortizações:</b>						
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>(9.940)</b>	-	<b>(37.611)</b>	<b>(37.611)</b>	<b>(90.776)</b>	<b>(128.387)</b>
. Amortizações	(4.229)	-	(18.469)	(18.469)	(39.099)	(57.568)
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>(14.169)</b>	-	<b>(56.080)</b>	<b>(56.080)</b>	<b>(129.875)</b>	<b>(185.955)</b>
. Amortizações	(2.701)	-	(8.013)	(8.013)	1.546	(6.467)
<b>Saldo em 30.06.2015</b>	<b>(16.870)</b>	-	<b>(64.093)</b>	<b>(64.093)</b>	<b>(128.329)</b>	<b>(192.422)</b>
<b>Saldo residual em 30.06.2015</b>	<b>30.291</b>	<b>88</b>	<b>74.924</b>	<b>75.012</b>	<b>486.803</b>	<b>561.815</b>
<b>Saldo residual em 31.12.2014</b>	<b>28.037</b>	<b>88</b>	<b>73.141</b>	<b>73.229</b>	<b>485.257</b>	<b>558.486</b>
<b>Saldo residual em 31.12.2013</b>	<b>27.431</b>	<b>88</b>	<b>72.830</b>	<b>72.918</b>	<b>524.356</b>	<b>597.274</b>

**b. Teste da redução ao valor recuperável (impairment)**

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A mensuração do valor justo foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados da técnica de avaliação utilizados.

O teste de *impairment* foi elaborado sobre premissas utilizadas para projeção e acompanhamento de fluxo de caixa projetado da empresa adicionado a um modelo de perpetuidades e foi dividido em três grandes itens: (i) receitas provenientes de vendas de imóveis; (ii) custos com incorporação e construção de imóveis e despesas administrativas e de vendas; e (iii) endividamento líquido representado pela Dívida total menos Caixa e as Disponibilidades.

A receita projetada foi dividida em dois grandes itens: (i) receita contratada de imóveis vendidos e (ii) receita proveniente de Estoque de imóveis a comercializar. As receitas originadas de Estoques a de imóveis a comercializar são baseadas pelo histórico estatístico das curvas de vendas (base estatística) e pela tabela de vendas atualizada de cada empreendimento. O recebimento proveniente de receita direta é baseado nos vencimentos contratuais das parcelas, provisionando percentuais estatísticos de promitentes compradores inadimplentes e sua respectiva recuperação.

O recebimento proveniente de fluxos destinados ao repasse de mutuários no SFH é calculado sobre premissas de entrega de obra e a contratação de financiamento para apoio à produção. O endividamento líquido foi projetado conforme as linhas de financiamento de débitos com terceiros não previstos no fluxo de caixa projetado, deduzindo o Caixa e as Disponibilidades mantidas no ativo da Companhia.

Os Custos de incorporação, Terrenos e Construção de imóveis são baseados na previsão dos projetos em andamentos e de novos lançamentos. As despesas administrativas e de vendas se baseiam no orçamento previsto da Companhia, conforme tamanho da operação.

**Intangíveis de Software**

Os ativos classificados como “Software e outros intangíveis” correspondem à aquisição e aos custos de

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

implementação do *software* operacional da Companhia, cujo início de amortização deu-se em janeiro de 2011. Durante o período findo em 30 de Junho de 2015, foram amortizados R\$ 8.013 contabilizados no resultado da Companhia (R\$ 8.635 em 30 de junho de 2014). O prazo de amortização do *software* foi avaliado em oito anos.

**11 Transações e saldos com partes relacionadas****a. Adiantamento para futuro aumento de capital**

O montante classificado no ativo não circulante, como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), é referente a aportes destinados a viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. Esses aportes não estão sujeitos a qualquer indexador ou taxa de juros, e serão objeto de deliberação por parte dos acionistas quanto à sua capitalização.

**b. Operações de debêntures ativas**

Os saldos de debêntures ativas, classificados no ativo não circulante da Controladora, estão relacionados a debêntures não conversíveis emitidas por investidas e são remunerados a taxas que podem variar de IGP-M mais juros de 12% a.a., IGP-M mais juros de 14% a.a. e de CDI mais juros de 3% a.a.

**c. Remuneração da administração**

O limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o ano de 2015 foi fixado em até R\$ 26.988 (R\$ 28.000 para o exercício de 2014), para a remuneração dos administradores fixa e variável, direta e indireta dos administradores, considerando o patamar máximo atingível e do conselho fiscal, bem como os valores a serem por ela arcados em decorrência das opções de compra de ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O montante registrado a título de remuneração, participação nos lucros, dividendos e/ou benefícios em geral, durante o exercício findo em 30 de Junho de 2015 e 30 de junho de 2014, é assim demonstrada:

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
<b>Remuneração fixa</b>								
Conselho de Administração	180	360	211	391	180	360	211	391
Conselho Fiscal	80	152	72	144	80	152	72	144
Diretoria Estatutária	990	1.659	630	1.360	990	1.659	1.248	2.594
Encargos	280	434	319	502	280	434	472	810
	<b>1.530</b>	<b>2.605</b>	<b>1.232</b>	<b>2.397</b>	<b>1.530</b>	<b>2.605</b>	<b>2.003</b>	<b>3.939</b>
<b>Benefícios</b>								
Diretoria Estatutária	131	131	43	113	131	131	36	113
	<b>131</b>	<b>131</b>	<b>43</b>	<b>113</b>	<b>131</b>	<b>131</b>	<b>36</b>	<b>113</b>
<b>Total Remuneração fixa</b>	<b>1.661</b>	<b>2.736</b>	<b>1.275</b>	<b>2.510</b>	<b>1.661</b>	<b>2.736</b>	<b>2.039</b>	<b>4.052</b>
<b>Remuneração variável</b>								
Participação nos resultados	-	-	-	8.806	-	-	3.935	8.806
Baseada em ações	71	2.241	1.737	3.927	71	2.241	1.737	3.927
<b>Total Remuneração variável</b>	<b>71</b>	<b>2.241</b>	<b>1.737</b>	<b>12.733</b>	<b>71</b>	<b>2.241</b>	<b>5.672</b>	<b>12.733</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.732</b>	<b>4.977</b>	<b>3.012</b>	<b>15.243</b>	<b>1.732</b>	<b>4.977</b>	<b>7.711</b>	<b>16.785</b>

A remuneração variável da Administração é composta por participação nos resultados e estes são usualmente provisionados durante o exercício social, baseado na estimativa de pagamento.

A Companhia, com base no item 8 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2013, emitido em 8 de fevereiro de 2013, apresenta as seguintes referências sobre a divulgação das transações das partes relacionadas:

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

- (i) Não possui benefícios de curto prazo a empregados e administradores;
- (ii) Não possui benefícios pós-emprego;
- (iii) Não possui outros benefícios de longo prazo;
- (iv) Não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
- (v) Remuneração baseada em ações (Plano de Opção de Compra de Ações - Divulgado na Nota Explicativa nº 23).

**d. Avais e garantias**

A Companhia totaliza R\$ 3.604.837 de avais e garantias em 30 de Junho de 2015 (R\$ 4.620.524 em 31 de dezembro de 2014). Os montantes são provenientes de avais e fianças prestadas nas operações de crédito imobiliário realizadas pelas sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos a pagar e futuras liberações contratadas até esta data, e na proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades.

As sociedades encontram-se adimplentes com todas as condições contratuais das referidas operações de crédito imobiliário.

**e. Saldos com partes relacionadas:**

Os saldos e as transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
Debêntures a receber - Ativo Não Circulante	34.221	31.167	29.688	26.634
Mútuo de Pessoas Ligadas – Ativo Circulante e Não Circulante	66.180	66.112	80.461	67.229
Adiantamento para futuro aumento de Capital - AFAC - Ativo Não Circulante	1.785.664	1.284.207	-	-
<b>Passivo</b>				
Debêntures conversíveis - 8ª emissão (Nota nº 14b)	1.989	3.978	1.989	3.978

Os direitos com empresas ligadas não possuem vencimento predeterminado e não têm incidência de encargos. As operações de mútuo e de saldos a receber de controladas e parceiros foram efetuadas, principalmente, com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais que são mantidas com as partes relacionadas para o desenvolvimento das atividades de incorporação e construção.

**f. Partes relacionadas com fornecimentos de materiais e serviços**

As operações e negócios com partes relacionadas são realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

De acordo com o artigo 15 de nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração (“CA”) deliberar sobre: a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre a Companhia e os acionistas da Companhia e/ou empresas controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia. As reuniões do CA realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria dos membros do CA e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes.

As principais informações sobre as operações realizadas com administradores e sócios da Companhia, ou de suas investidas, é assim apresentada:



## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

Parte relacionada						Gastos Incorridos em		
Relação com Companhia	Fornecedor	Objeto do contrato	Data da transação	Montante envolvido	Obs:	Duração do contrato	30/06/2015	31/12/2014
Vinci Partners	Austral Seguradora	Seguro de obra e Seguro garantia	jun/13 à nov/19	3.040	limite máximo de cobertura por obra-seguro: R\$120.000	de obra + 12 meses pós obra	818	1.106
Vinci Partners	Cecrisa R. Cerâmicos S.A	Material: cerâmica	jun/13 à jun/15	11.773	-	6 meses	1.104	3.852
Vinci Partners	Unidas Locadora de Veículos Ltda	Locação: veículo	set/13 à jun/15	28	-	1 ano	5	10
Conselheiro	Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	jun/14	211	valor total contratado	9 meses	1	72
Conselheiro	União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	jun/14	949	R\$ 2.109.546		-	347
Conselheiro	União Consultoria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	jun/14	949			-	310
Conselheiro	Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	jun/14	25	valor total contratado	1 mês	7	18
Conselheiro	INDG Tecnologia e Serviços Ltda	Consultoria	jun/14	5	R\$ 3.097.071		-	5
<b>Total:</b>				<b>16.980</b>			<b>1.935</b>	<b>5.720</b>

## 12 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reduz a exposição de caixa de cada empreendimento através do uso de recursos de terceiros no financiamento/apoio à construção, firmados nas condições do Sistema Financeiro Habitacional e de linhas de capital de giro oferecidas por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia contratou, em abril de 2014, junto ao Banco do Brasil S.A, um empréstimo de R\$ 320.000, com 3 anos de prazo de pagamento e 18 meses de carência, e com data prevista para 1º vencimento em 05 de outubro de 2015 e vencimento final em 05 de abril de 2017.

Segue a composição consolidada dos empréstimos da Companhia, em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, por tipo de dívida:

Tipo de Dívida	Controladora		Taxa média de juros	Garantia
	30/06/2015	31/12/2014		
SFH	25.142	34.259	TR + 9,0% até 12,0%	Hipoteca/ recebíveis/ fiança
Finep/Finame	103.660	116.221	5,25% até 8,25%	Aval da PDG
Capital de Giro e SFI	319.620	318.124	CDI + 3,35%	Alienação fiduciária de quotas sociais, Aval, Nota promissória, Hipoteca, Direitos Creditórios
	4,50% até 8,70%			
<b>Total</b>	<b>448.422</b>	<b>468.604</b>		
Parcela circulante	189.084	125.908		
Parcela não circulante	259.338	342.696		
<b>Total</b>	<b>448.422</b>	<b>468.604</b>		

  

Tipo de Dívida	Consolidado		Taxa média de juros	Garantia
	30/06/2015	31/12/2014		
SFH	2.376.013	2.975.374	TR + 8,3% até 12,3%	Recebíveis/ fiança proporcional/ hipoteca / aval / Hipoteca e fiança
Capital de Giro e SFI	458.275	477.400	CDI + 3,35%	Alienação fiduciária de quotas sociais, Aval, Nota promissória, Hipoteca, Direitos Creditórios
Finep/Finame	129.439	142.275	5,25% até 8,25%	Aval da PDG
<b>Total</b>	<b>2.963.727</b>	<b>3.595.049</b>		
Parcela circulante	1.499.996	1.258.415		
Parcela não circulante	1.463.731	2.336.634		
<b>Total</b>	<b>2.963.727</b>	<b>3.595.049</b>		

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

O saldo de empréstimos e financiamentos consolidados de longo prazo vence como segue:

<b>Ano</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
2016	1.258.808	2.009.505
2017	117.099	186.931
2018	73.187	116.832
2019 em diante	14.637	23.366
<b>Total</b>	<b>1.463.731</b>	<b>2.336.634</b>

**13 Ações preferenciais resgatáveis**

Em junho e setembro de 2010 foram realizadas as emissões de 52.434.457 e 59.925.094 ações preferenciais resgatáveis da subsidiária da Companhia - Gold Investimentos S.A (anteriormente denominada ZMF 22), ambas ao preço de emissão de R\$2,67 por cada Ação Preferencial Resgatável. O valor total dessas emissões foram de R\$140.000 e R\$160.000, respectivamente.

As ações preferenciais resgatáveis têm direito a voto restrito e fazem jus às seguintes vantagens patrimoniais:

- a. Dividendos fixos, prioritários e cumulativos a serem pagos anualmente (“Dividendos Fixos Cumulativos”), nas seguintes datas: 15 de junho de 2011 (valor pago R\$ 29.830); 15 de junho de 2012 (valor pago R\$ 35.654); 15 de junho de 2013 (valor pago R\$ 25.422); 15 de junho de 2014 (valor pago R\$ 31.946); 15 de dezembro de 2014 (valor pago R\$ 17.973) e 15 de junho de 2015 (valor pago R\$ 26.374) (conforme data alterada pela AGE de 10 de fevereiro de 2014), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e com base em levantamento de balancete especial para apuração dos dividendos;
- b. O Dividendo Fixo Cumulativo, a ser pago em cada data de pagamento de dividendo fixo, vinculado ao valor de investimento aportado pelo investidor detentor das ações preferenciais.
- c. Serão resgatáveis, nos termos previstos no Estatuto Social da Gold Investimentos S.A.
- d. Outros direitos relacionados à condição de investidor preferencialista.

As Ações Preferenciais Resgatáveis emitidas pela Gold Investimentos S.A, em função de suas características, foram classificadas como Instrumentos financeiros e os Dividendos classificados no resultado na rubrica “Perdas em participações societárias”.

O saldo das ações resgatáveis em 30 de Junho de 2015 totaliza R\$ 300.000 (R\$ 301.570 em 31 de dezembro de 2014) e compõe parte da rubrica “Outros passivos” circulantes.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**14 Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Debêntures a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Obrigação por Emissão de CCB Corporativa</b>				
3ª Série da 1ª Emissão	7.162	7.104	7.162	7.104
4ª Série da 1ª Emissão	8.050	8.035	8.050	8.035
15ª Série da 1ª Emissão	250.915	250.784	250.915	250.784
22ª Série da 1ª Emissão	49.830	49.602	49.830	49.602
3ª Série da 3ª Emissão	-	-	3.117	16.132
5ª Série da 3ª Emissão	11.996	94.745	11.996	94.745
7ª Série da 3ª Emissão	10.807	22.524	10.807	22.494
Outras emissões por CCB (ii)	1.247.615	1.156.578	1.444.386	1.259.498
<b>Sub-Total Corporativo</b>	<b>1.586.375</b>	<b>1.589.372</b>	<b>1.786.263</b>	<b>1.708.394</b>
<b>Obrigação por Emissão de CCB Apoio à produção *</b>				
3ª Série da 2ª Emissão	-	-	122.306	115.305
2ª Série da 2ª Emissão	-	-	67.774	92.354
24ª Série da 1ª Emissão	164.274	151.958	164.274	151.958
CCB CEF 600MM (i)	593.449	591.613	593.449	591.613
<b>Sub-Total CCB Apoio à produção</b>	<b>757.723</b>	<b>743.571</b>	<b>947.803</b>	<b>951.230</b>
<b>Total</b>	<b>2.344.098</b>	<b>2.332.943</b>	<b>2.734.066</b>	<b>2.659.624</b>
Parcela Circulante	1.529.480	1.122.234	1.871.423	1.402.668
Parcela Não Circulante	814.618	1.210.709	862.643	1.256.956
<b>Total</b>	<b>2.344.098</b>	<b>2.332.943</b>	<b>2.734.066</b>	<b>2.659.624</b>

\*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
- b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

**a. Cédulas de Crédito Bancário (CCBs)**

- (i) Contempla a emissão de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor de R\$ 600.000, em favor da Caixa Econômica Federal, ocorrida em 28 de junho de 2013. Sobre o valor captado pela Companhia incidirão encargos financeiros correspondentes a 120% (cento e vinte por cento) da taxa média diária do CDI Over (Certificados de Depósitos Interbancários).

A captação foi celebrada pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, com pagamentos trimestrais de encargos financeiros e 8 parcelas de amortização pagas trimestralmente a partir do 24º mês.

- (ii) Contém oito novas captações, realizadas durante 2014, que totalizam o valor de R\$ 671.000.

## Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações  
Informações trimestrais  
em 30 de Junho de 2015

## b. Debêntures a pagar

As principais características das debêntures a pagar emitidas pela Companhia e controladas podem ser assim demonstradas:

Debêntures	Tipo	Natureza	Emissão	Vencimento	Espécie	Condição de Remuneração	Valor Nominal	Títulos Emitidos	Títulos em Circulação	Forma de Amortização	Parcelas	Garantias
<b>Corporativas</b>												
<b>1ª Emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	02/07/2007	02/07/2018	Quirografária	100% DI + 1,8% a.a.	10	25.000	25.000	Anual	4	Sem Garantia
<b>4ª Emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	10/08/2010	10/08/2016	Quirografária	100% DI + 2,90% a.a.	1.000	280	280	Trimestralmente	10	Penhor de Recebíveis
<b>6ª Emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	31/03/2011	30/09/2016	Real	11,31% a.a.	1.000	97.000	97.000	Única	1	Sem Garantia
<b>7ª Emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	15/03/2012	15/12/2018	Quirografária	IPCA + 6,56% a.a.	1.000	140	140	Anual	2	Sem Garantia
<b>8ª Emissão*</b>	Conversíveis	Privada	17/09/2012	17/09/2016	Quirografária	-	0,01	199.000	199.000	Única	1	Sem Garantia
<b>Apoio Produção</b>												
<b>3ª emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	29/09/2009	15/03/2016	Real	TR + 9,8058% a.a.	1.000	300	300	Semestral	8	Cessão/Alienação Fiduciária de Ações e Quotas
<b>5ª emissão</b>	Não Conversíveis	Pública	23/09/2010	01/08/2016	Real	TR + 9,19% a.a.	1.000	600	600	Semestral	8	Cessão/Alienação Fiduciária de Ações e Quotas
<b>Controladas</b>												
Debêntures	Tipo	Natureza	Emissão	Vencimento	Espécie	Condição de Remuneração	Valor Nominal	Títulos Emitidos	Títulos em Circulação	Forma de Amortização	Parcelas	Garantias
<b>ZMF 23 <sup>2</sup></b>	Conversíveis	Privada	23/09/2011	07/04/2015	Quirografária	100% DI + 1,6% a.a.	1,00	8.850	8.850	Única	1	Sem Garantia
<b>ZMF 23 <sup>2</sup></b>	Não Conversíveis	Privada	23/09/2011	07/04/2015	Quirografária	100% DI + 1,6% a.a.	1,00	4.425	4.425	Única	1	Alienação fiduciária
<b>STX 10 <sup>1</sup></b>	Conversíveis	Privada	30/07/2011	07/04/2015	Quirografária	100% DI + 1,6% a.a.	1,00	8.580	8.580	Única	1	Sem Garantia
<b>STX 10 <sup>1</sup></b>	Não Conversíveis	Privada	30/07/2011	07/04/2015	Quirografária	100% DI + 1,6% a.a.	1,00	4.290	4.290	Única	1	Alienação fiduciária
<b>REP</b>	Não Conversíveis	Privada	25/11/2014	20/11/2026	Garantia real e com garantia adicional fidejussória	100% DI + 2,05% a.a.	70.000	1	1	Customizada	144	Alienação fiduciária + cessão fiduciária de recebíveis + Fiança

<sup>1</sup> Debêntures integralmente quitadas no 2º trimestre de 2014.

<sup>2</sup> Debêntures integralmente quitadas no 2º trimestre de 2015.

\* Avaliada a valor justo (Nota 20)



**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

empréstimo passa a não ser cobrado à vista (on demand).

Adicionalmente, confirmamos que cumprimos os demais Covenants, até 30 de junho de 2015, e que não recebemos qualquer notificação de credores ou de seus agentes fiduciários (trustees) com relação a descumprimento de cláusulas restritivas sobre contratos de empréstimos e financiamentos.

**15 Obrigações por aquisição de imóveis**

Referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Numerários - lançados	-	-	49.555	35.872
Numerários - a lançar	-	-	161.919	187.901
Vinculados a VGV - lançados	1.868	4.308	111.860	84.909
Vinculados a VGV - a lançar	4.762	4.762	222.413	236.372
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	(783)	(783)
<b>Total</b>	<b>6.630</b>	<b>9.070</b>	<b>544.964</b>	<b>544.271</b>
Circulante	6.630	9.070	345.225	369.689
Não circulante	-	-	199.739	174.582
<b>Total</b>	<b>6.630</b>	<b>9.070</b>	<b>544.964</b>	<b>544.271</b>

Os saldos de obrigações por aquisições de imóveis, referentes às permutas financeiras vinculadas a Valor Geral de Venda (VGV), perfazem o montante de R\$ 334.273 em 30 de Junho de 2015, (R\$ 321.281 em 31 de dezembro de 2014).

Estas operações têm por base os compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, ocorrendo à liquidação com o permutante do terreno concomitantemente com a liquidação financeira por parte dos clientes das unidades imobiliárias comercializadas e mediante a transferência dos recursos financeiros, conforme previsto no contrato.

As obrigações são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros que variam entre 6% e 12% ao ano.

Os valores de obrigações de aquisições de imóveis da parcela não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
2016	33.135	28.259
2017	48.453	44.301
2018	29.276	23.675
2019	31.069	23.336
2020 em diante	57.806	55.011
<b>Total</b>	<b>199.739</b>	<b>174.582</b>

**16 Obrigações tributárias**

A Instrução Normativa SRF nº 84/1979 (Atividade de Incorporação e Venda de Imóveis) permite que, para fins fiscais, a Companhia realize o pagamento do imposto à proporção do recebimento das vendas contratadas. Como resultado, é contabilizado o ativo ou o passivo de imposto diferido a recolher com base na diferença entre o lucro reconhecido nas Informações trimestrais e o imposto corrente ("pagável"), de

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

acordo com o regime de caixa.

**a. Despesas com imposto de renda e contribuição social**

A maioria das SPEs são optantes pelo regime de tributação do Lucro Presumido, no qual a base tributária é a receita de vendas dos empreendimentos, portanto, independentemente do resultado, existe uma tributação a alíquotas médias de 3,08% sobre a receita de venda. As despesas consolidadas de imposto de renda e contribuição social se resumem como segue:

	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Base fiscal para apuração dos impostos:</b>				
Receita de Venda Imobiliária	1.153.511	1.153.511	1.974.272	1.974.272
(-) Receita de venda Imobiliária lucro real	(142.140)	(142.140)	(93.597)	(93.597)
(-) Receita de venda Imobiliária pelo RET	(209.342)	(209.342)	(1.054.200)	(1.054.200)
<b>Receita de vendas Imobiliária pelo lucro presumido</b>	<b>802.029</b>	<b>802.029</b>	<b>826.475</b>	<b>826.475</b>
Outras receitas - incorporação imobiliária	68.411	68.411	82.776	82.776
(-) Outras receitas - incorporação imobiliária lucro real	(10.048)	(10.048)	(2.941)	(2.941)
(-) Outras receitas - incorporação imobiliária RET	(2.205)	(2.205)	(39.165)	(39.165)
Outras receitas - incorporação imobiliária lucro presumido	56.159	56.159	40.670	40.670
<b>Lucro Presumido Incorporação Imobiliário - IRPJ 8% - CSLL 12%</b>	<b>68.655</b>	<b>102.983</b>	<b>69.372</b>	<b>104.057</b>
Receitas Aluguéis/Serviços lucro real	33.546	33.546	5.290	5.290
Receitas Aluguéis/Serviços lucro presumido	2.399	2.399	13.425	13.425
<b>Lucro Presumido Serviços/Aluguéis - IRPJ - CSLL 32%</b>	<b>768</b>	<b>768</b>	<b>4.296</b>	<b>4.296</b>
<b>Lucro Presumido (Incorporação + Serviços)</b>	<b>69.423</b>	<b>103.751</b>	<b>73.668</b>	<b>108.353</b>
(+) Receitas Financeiras	46.001	46.001	17.133	17.133
(-) Receitas Financeiras - Lucro Real	(168.857)	(168.857)	(32.711)	(32.711)
(+) Outras receitas	20.866	20.866	12.438	12.438
(-) Outras Receitas - Lucro Real	(66.630)	(66.630)	(25.998)	(25.998)
<b>Base Lucro Presumido</b>	<b>136.290</b>	<b>170.618</b>	<b>103.239</b>	<b>137.924</b>
(-) Despesa consolidada Lucro Presumido - IRPJ / CSLL	(34.072)	(15.356)	(25.810)	(12.413)
(+) IRPJ Diferido Diferenças temporárias - Lucro Real	(9.564)	(3.443)	3.847	1.431
(-) Despesa consolidada - RET	(2.665)	(1.396)	(13.776)	(7.216)
<b>Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido + Real</b>	<b>(46.301)</b>	<b>(20.195)</b>	<b>(35.739)</b>	<b>(18.198)</b>
(+) Outros	8.456	1.866	3.795	2.396
<b>Despesa no Resultado</b>	<b>(37.845)</b>	<b>(18.329)</b>	<b>(31.944)</b>	<b>(15.802)</b>
<b>Composição da Despesa</b>				
Corrente	(55.727)	(27.799)	(40.074)	(22.073)
Diferida	17.881	9.470	8.130	6.271
<b>Despesa no Resultado</b>	<b>(37.846)</b>	<b>(18.329)</b>	<b>(31.944)</b>	<b>(15.802)</b>
<b>Impostos (IR + CS)</b>	<b>30/06/2015</b>		<b>30/06/2014</b>	
Corrente	(83.526)		(62.147)	
Diferida	27.351		14.401	
	<b>(56.175)</b>		<b>(47.746)</b>	

Algumas investidas do Grupo (PDG) apuram seu imposto de renda e sua contribuição social sobre o lucro pelo regime de tributação do Lucro Real. Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2015 e 31 de março de 2014, a apuração pelo Lucro Real não gerou despesas de imposto de renda e contribuição social na Companhia.

**b. Ativos e passivos fiscais diferidos****Ativos e passivos fiscais diferidos**

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

entre a base fiscal, que determina a tributação pelo regime de caixa, (Instrução Normativa SRF nº 84/1979) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, Nota Explicativa nº 2.8.b.

**Composição dos Ativos fiscais diferidos**

Tributo	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	3.786	2.391
PIS e COFINS	1.989	1.555
<b>Total</b>	<b>5.775</b>	<b>3.946</b>

**Composição dos Passivos fiscais diferidos**

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
IR diferido passivo	163.748	182.590
CS diferida passiva	72.137	81.238
<b>Total</b>	<b>235.885</b>	<b>263.828</b>

Considerando o atual contexto das operações da Controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foram constituídos créditos tributários sobre a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social sobre o lucro, assim como sobre o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável.

Em 30 de Junho de 2015, o saldo de prejuízos fiscais de IR e de base negativa de CSLL acumulados da Companhia é de R\$ 2.040.544 (R\$ 1.602.938 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos dos Passivos fiscais diferidos estão registrados contabilmente como segue:

Tributo	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	-	-	235.885	263.828
PIS e COFINS	1.597	1.594	151.852	185.568
<b>Total</b>	<b>1.597</b>	<b>1.594</b>	<b>387.737</b>	<b>449.396</b>
Parcela Circulante	1.295	1.594	248.896	295.279
Parcela Não Circulante	302	-	138.841	154.117
<b>Total</b>	<b>1.597</b>	<b>1.594</b>	<b>387.737</b>	<b>449.396</b>

## 17 Operações com Projetos imobiliários em desenvolvimento e Adiantamentos de clientes

Referem-se aos resultados a serem apropriados decorrentes de vendas contratadas de empreendimentos em construção que ainda não estão refletidos nas Informações trimestrais. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Vendas contratadas a apropriar (*)	8.937	21.453	1.063.101	1.805.232
Compromisso de construção	(4.870)	(12.076)	(746.836)	(1.263.310)
<b>Total</b>	<b>4.067</b>	<b>9.377</b>	<b>316.265</b>	<b>541.922</b>

(\*) Líquidas de impostos e ajuste a valor presente (AVP)



**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Os valores dos resultados a apropriar têm a seguinte composição por vencimento, do valor contratual de unidades vendidas:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
2015	3.362	9.377	147.400	426.186
2016	705	-	132.086	87.199
2017 em diante	-	-	36.779	28.537
<b>Total</b>	<b>4.067</b>	<b>9.377</b>	<b>316.265</b>	<b>541.922</b>

O resultado das operações imobiliárias realizadas é apropriado com base na prática contábil apresentadas na Nota Explicativa nº 2.10. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades comercializadas ainda não concluídas está refletido parcialmente nas Informações trimestrais em 30 de Junho de 2015, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas.

O montante classificado na rubrica “Adiantamento de clientes”, no passivo circulante e não circulante é assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Permuta física - lançados	-	-	123.814	206.300
Permuta física - a lançar	2.750	2.750	236.848	204.215
Recebimento de clientes	107	122	112.027	161.380
<b>Total</b>	<b>2.857</b>	<b>2.872</b>	<b>472.689</b>	<b>571.895</b>
Circulante	107	122	116.045	212.503
Não circulante	2.750	2.750	356.644	359.392
<b>Total</b>	<b>2.857</b>	<b>2.872</b>	<b>472.689</b>	<b>571.895</b>

**18 Provisões**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de naturezas trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios. A provisão para contingências da Companhia é majoritariamente formada por essas controladas.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras Receitas (despesas) operacionais Líquidas”.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais e diferenças na apuração de impostos, conforme apresentado a seguir:

Natureza – Perda Provável	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhistas	1.781	1.811	100.722	108.126
Cíveis	1.425	966	185.323	137.817
<b>Total</b>	<b>3.206</b>	<b>2.777</b>	<b>286.045</b>	<b>245.943</b>
Parcela não circulante	3.206	2.777	286.045	245.943
<b>Total</b>	<b>3.206</b>	<b>2.777</b>	<b>286.045</b>	<b>245.943</b>

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

A seguir, a abertura da movimentação das provisões para contingências da Companhia e suas controladas:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	-	-	-	-
Adições	1.811	-	966	2.777
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>1.811</b>	-	<b>966</b>	<b>2.777</b>
Adições	35	-	673	708
Reversões	(65)	-	(214)	(279)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>1.781</b>	-	<b>1.425</b>	<b>3.206</b>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>71.794</b>	<b>138</b>	<b>111.136</b>	<b>183.068</b>
Adições	36.332	-	26.681	63.013
Reversões	-	(138)	-	(138)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>108.126</b>	-	<b>137.817</b>	<b>245.943</b>
Adições	3.260	-	54.245	57.505
Reversões	(10.664)	-	(6.739)	(17.403)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>100.722</b>	-	<b>185.323</b>	<b>286.045</b>

As causas com chance de perdas consideradas “possíveis” pelos assessores jurídicos da Companhia são compostas por:

<b>Natureza – Perda Possível</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Trabalhistas	3.668	3.741	102.483	107.130
Tributárias	-	-	19.033	19.033
Cíveis	2.690	3.011	344.890	288.926
<b>Total</b>	<b>6.358</b>	<b>6.752</b>	<b>466.406</b>	<b>415.089</b>

As causas cíveis compreendem, em sua maioria, discussões sobre multas no atraso em entrega dos empreendimentos imobiliários, consertos de vícios de construção ou danificação de imóvel próximo ao empreendimento imobiliário e questionamentos de índices de correção de contratos.

As causas de natureza trabalhista compreendem reclamações trabalhistas de ex-funcionários requerendo verbas trabalhistas de horas extras, insalubridade, periculosidade, etc. e recolhimento dos encargos sociais.

Adicionalmente, ao já exposto pela Companhia, segue o montante de provisão para garantia, a qual foi registrada, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota Explicativa no. 2.8.a:

<b>Provisão para Garantia<sup>1</sup></b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Circulante	290	285	106.604	98.064
Não circulante	262	200	23.675	34.665
<b>Total provisão</b>	<b>552</b>	<b>485</b>	<b>130.279</b>	<b>132.729</b>

(1) Estão registradas na rubrica outras provisões no passivo da Companhia e suas controladas

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

### 19 Patrimônio líquido

#### a. *Capital social*

O capital social da Companhia está representado, em 30 de Junho de 2015, por 2.459.627.859 (Dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R\$ 4.970.080 (em 31 de dezembro de 2014 estava representado por 1.323.264.223 ações, no valor total de R\$ 4.960.080).

O aumento de capital realizado, mediante subscrição particular, foi homologado na reunião do Conselho de Administração (“CA”) da Companhia em 30 de junho de 2015 conforme previsto na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 15 de abril de 2015.

A homologação ocorrida considerou a emissão de 1.136.363.636 (Hum bilhão, cento e trinta e seis milhões, trezentas e sessenta e três mil, seiscentas e trinta e seis) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,44 (Quarenta e quatro centavos) por ação, totalizando R\$ 500.000. Da totalidade do valor de emissão, o montante de R\$ 10.000 foi destinado à conta do capital social da Companhia e o saldo, no montante de R\$ 490.000, líquido de despesas com captação no montante de R\$ 247, foi destinado à rubrica de reserva de capital.

Em razão da homologação do aumento de capital, os conselheiros também homologaram a emissão dos bônus de subscrição (“Bonus”) conferidos como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do aumento de capital da Companhia, tendo sido emitidos 454.545.143 (Quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e três) Bônus, na razão de um Bônus para cada 2,5 novas ações emitidas, de acordo com as condições aprovadas no CA realizada em 18 de março de 2015 e na AGE realizada em 15 de abril de 2015.

Os Bônus terão seu vencimento em 06 de abril de 2018 e poderão ser exercidos a qualquer tempo, desde a data de sua emissão até o seu vencimento, a exclusivo critério de seu titular. O preço de exercício de cada Bônus é de R\$0,75 (setenta e cinco centavos); devendo ser ajustado na ocorrência das hipóteses previstas no item “h” da AGE realizada em 15 de abril de 2015.

A subscrição das ações decorrentes do exercício dos Bônus dar-se-á no ato do exercício desse direito e a integralização das ações então subscritas será feita mediante o pagamento do preço de exercício, obedecidas as regras e procedimentos próprios da Itaú Corretora e da Central Depositária de Ativos da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”). Trimestralmente, e enquanto houver Bônus em circulação, será realizada reunião do CA para alterar o montante do capital social da Companhia, caso tenha ocorrido no período, exercício do direito conferido pelos Bônus.

As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício do direito conferido pelos Bônus farão jus ao recebimento integral de dividendos, e/ou juros sobre capital próprio, que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de emissão das ações objeto dos Bônus e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos aos demais detentores de ações ordinárias a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações de emissão da Companhia. Os Bônus encontram-se em negociação na BM&FBovespa desde a da data de encerramento do prazo de exercício do direito de preferência relativo ao aumento de capital.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do CA, em emissão(ões) que somem, excluídos os aumentos deliberados em AGE, até o limite de 1.535.000.000 (Hum bilhão, quinhentos e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias (até 31 de dezembro de 2014: 1.080.000.000 ações ordinárias). O referido limite considera todos os aumentos de capital realizados dentro do capital autorizado da Companhia, desde a constituição

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

da Companhia, incluindo todos os aumentos de capital deliberados pelo CA. A deliberação do CA que aprovar tais emissões de ações fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço, a forma e as condições de integralização. Até 30 de Junho de 2015, o total de ações emitidas pelo CA era de 671.081.089 (Seiscentos e setenta e um milhões, oitenta e um mil e oitenta e nove) ações ordinárias.

A movimentação do capital social da Companhia é apresentada, em 30 de Junho de 2015, da seguinte forma:

	Quantidade de ações ON	Capital Social		
		Subscrito	Despesas de captação	Total
Ações ordinárias	1.339.547.923	4.960.080	-	4.960.080
(-) Custo na colocação de ações (2009 e 2010)	-	-	(52.237)	(52.237)
<b>Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012</b>	<b>1.339.547.923</b>	<b>4.960.080</b>	<b>(52.237)</b>	<b>4.907.843</b>
(-) Cancelamento de ações em tesouraria	(16.283.700)	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>1.323.264.223</b>	<b>4.960.080</b>	<b>(52.237)</b>	<b>4.907.843</b>
Aumento de capital	1.136.363.636	10.000	-	10.000
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>2.459.627.859</b>	<b>4.970.080</b>	<b>(52.237)</b>	<b>4.917.843</b>

**b. Lucro (prejuízo) por ação**

A seguir estão reconciliados os prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído da controladora e do consolidado:

	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
<b>Prejuízo por ação básico</b>		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(392.718)	(132.570)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	2.005.344	1.323.264
<b>Prejuízo por ação (em R\$) – básico</b>	<b>(0,19584)</b>	<b>(0,10018)</b>
<b>Prejuízo por ação diluído</b>		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(392.718)	(132.570)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	2.005.344	1.323.264
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	79.765	94.107
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do aumento de capital – Bônus de subscrição e debêntures	198.906	198.906
<b>Prejuízo por ação (em R\$) – diluído</b>	<b>(0,17194)</b>	<b>(0,08202)</b>

**c. Programa de recompra de ações e ações em tesouraria**

A movimentação ocorrida e os saldos das ações em tesouraria, ao final de cada período, podem ser assim demonstrados:

	Quantidade	Preço de recompra	Preço médio
<b>Ações ordinárias</b>			
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>16.284</b>	<b>105.740</b>	<b>6,49</b>
Cancelamento de ações em tesouraria	(16.284)	(105.740)	(6,49)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**d. Ajustes de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes**

O saldo de R\$ 66.592 em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados para prejuízos acumulados em 30 de junho de 2015, mediante aprovação da Administração da Companhia.

## 20 Instrumentos financeiros

**a. Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Empréstimos e financiamentos”, “Debêntures a pagar”, usados para financiar os empreendimentos em construção, e para capital de giro, todas em condições normais de mercado. Esses instrumentos estão todos reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.4.

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Em relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito.

Em 30 de Junho de 2015, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	36.667	285.719	1.149.796	1.044.265	Valor justo por resultado
Aplicações financeiras	47.781	47.683	47.781	47.683	Valor justo por resultado
Contas a receber	121.276	117.662	6.987.848	8.155.241	Recebíveis e empréstimos
Debêntures a receber	34.221	31.167	29.688	26.634	Recebíveis e empréstimos
Mútuos a receber	66.180	66.112	80.461	-	Recebíveis e empréstimos
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	-	-	186.486	155.025	Recebíveis e empréstimos
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.785.664	1.284.207	-	-	Recebíveis e empréstimos
Direitos creditórios adquiridos	242.489	230.081	84.555	76.678	Recebíveis e empréstimos
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>2.334.278</b>	<b>2.062.631</b>	<b>8.566.615</b>	<b>9.505.526</b>	
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	9.959	11.895	214.834	225.044	Passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de imóveis	6.630	9.070	544.964	544.271	Passivos financeiros
Debêntures a pagar	1.184.638	1.325.386	1.252.613	1.398.809	Passivos financeiros
Debêntures a pagar (8ª emissão)	1.989	3.978	1.989	3.978	Valor justo por resultado
Empréstimos e financiamentos	448.422	468.604	2.963.727	3.595.049	Passivos financeiros
Obrigação por emissão de CCB/CCI	2.344.098	2.332.943	2.734.066	2.659.624	Passivos financeiros
Coobrigação na cessão de recebíveis	-	33.910	32.710	215.775	Passivos financeiros
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	-	-	30.549	32.040	Passivos financeiros
Outras obrigações	474.122	334.086	509.411	352.308	Passivos financeiros
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>4.469.858</b>	<b>4.519.872</b>	<b>8.284.863</b>	<b>9.026.898</b>	

**b. Valor justo dos ativos e passivos**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nas Informações trimestrais de 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 por valores que se aproximam ao valor de mercado, considerando operações similares.

A Companhia realizou em setembro de 2012 a emissão (8ª) de debêntures conversíveis. As debêntures foram capitalizadas através da Vinci Partners, possuem opção de conversões em ações e são comercializadas em mercado ativo. A Companhia calculou o valor justo por meio do valor da cotação na data base das Informações trimestrais.

Em 30 de Junho de 2015, a Companhia possuía o seguinte valor justo referente estas Debêntures a pagar:

	30/06/2015	31/12/2014
Quantidade de debêntures	199.000.000	199.000.000
Quantidade de debêntures canceladas	(94.103)	(94.103)
<b>Quantidade de debêntures líquidas</b>	<b>198.905.897</b>	<b>198.905.897</b>
Valor nominal na emissão (em Reais)	0,01	0,01
Valor total da emissão	<b>1.989</b>	<b>1.989</b>
Ticker PDGR-D81 (em Reais)	0,01	0,02
<b>Valor justo da 8ª emissão</b>	<b>1.989</b>	<b>3.978</b>

**c. Considerações sobre riscos em instrumentos financeiros****Risco de taxas de juros**

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo, substancialmente: às variações da taxa CDI que remunera suas Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e com Compromissos de

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Recompra Lastreadas em Debêntures contratadas em Reais (R\$); e aos juros sobre os Mútuos a receber contratados a IGPM + 12% a 18% a.a. e CDI + 2% a 3% a.a. A Companhia também está exposta a juros sobre empréstimos bancários contratados entre CDI + 1,35% a.a. e 5,83% a.a. e TR + 11,02% a.a., empréstimos contratados com o Sistema Nacional de Habitação (SNH) entre TR + 8,3% a.a. e 12% a.a. e juros sobre as Debêntures emitidas a CDI + 0,9% a.a. e TR + 8,75% a.a.

***Análise de sensibilidade***

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A maior parte dos custos e toda a carteira de recebimentos de projetos não finalizados da Companhia é atualizada pelo índice INCC.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de Junho de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigentes em 30 de Junho de 2015 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculados cenários com deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de Junho de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco CDI sobre saldo em 30/06/2015	Cenário Provável		
		I	II	III
Fundos de investimentos - renda fixa	15.655	13%	10%	6%
Receita projetada		1.972	1.479	986
Certificado de depósito bancário	525.687	13%	10%	6%
Receita projetada		66.237	49.677	33.118
Operações compromissadas e de liquidez imediata	341.564	13%	10%	6%
Receita projetada		43.037	32.278	21.519
<b>Receita projetada total</b>		<b>111.246</b>	<b>83.434</b>	<b>55.623</b>

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta, na data-base de 30 de Junho de 2015 foram definidos três cenários diferentes.

Com base nos valores da TR e do CDI vigentes em 30 de Junho de 2015, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas as variações de 25% e 50% sobre CDI e TR.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Operação	Risco	Risco sobre saldo em 30/06/2015	Cenário		
			Provável I	Cenário 25%	Cenário 50%
<b>Financiamentos e empréstimos</b>					
Taxa sujeita à variação	CDI	3.149.020	360.938	451.173	541.408
Taxa sujeita à variação	TR	2.740.023	223.698	279.622	335.547
<b>Encargos financeiros projetados</b>			<b>584.636</b>	<b>730.795</b>	<b>876.955</b>
<b>Debêntures</b>					
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	546.696	52.606	67.346	80.815
Saldo das debêntures	TR	372.601	19.097	23.871	28.645
<b>Encargos financeiros projetados</b>			<b>71.703</b>	<b>91.217</b>	<b>109.460</b>

**Gestão de capital**

A gestão de capital é realizada para a manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida, menos dívidas para o apoio à produção, dividida pelo patrimônio consolidado. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos, exceto aqueles destinados ao financiamento/apoio à produção, concedidos nas condições do SFH, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra o total do patrimônio consolidado da Companhia, assim como as dívidas contratadas no período findo em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, exemplificando sua estrutura de capital próprio e obtida junto a terceiros:

	30/06/2015	31/12/2014
<b>Dívida bruta</b>		
. Dívida Sistema Financeiro da Habitação - SFH	2.376.013	2.975.374
. Outras dívidas corporativas	587.714	619.675
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.963.727</b>	<b>3.595.049</b>
Debêntures a pagar	1.254.602	1.398.809
Cédulas de crédito bancário (CCBs) e coobrigações	2.766.776	2.875.399
<b>Total da dívida bruta</b>	<b>6.985.105</b>	<b>7.869.257</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.197.577)	(1.091.948)
<b>Dívida líquida</b>	<b>5.787.528</b>	<b>6.777.309</b>
(-) Dívida de SFH	(2.376.013)	(2.975.374)
(-) Dívida de CCB - Apoio à produção *	(947.803)	(951.230)
(-) Dívida de Debêntures a pagar - Apoio à produção *	(440.576)	(590.621)
<b>Dívida líquida menos dívida com apoio à produção</b>	<b>2.023.136</b>	<b>2.260.084</b>
<b>Total do patrimônio líquido (PL) consolidado</b>	<b>5.185.258</b>	<b>5.061.749</b>
Dívida (sem SFH e Apoio à produção) / PL	39,0%	44,7%

\*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
- Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

**Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados buscando sempre aumentar a assertividade e revalidação dos fluxos. Damos prioridade a utilização dos recursos advindos do financiamento a produção no âmbito do SBPE e do SFH que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos onde os recursos originados da transferência do repasse da carteira para os bancos é utilizado pelos mesmos na amortização dessa dívida. Historicamente e no passado recente a Companhia obteve aproveitamento absoluto em casar esses prazos de vencimento entre ativos e passivos.



**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Adicionalmente temos dívidas corporativas emitidas na forma de Debêntures, CCBs e CRI's, primordialmente detidas pelos maiores bancos do país, com participação irrelevante de canais de distribuição em mercados de capitais. O foco da Companhia em novas captações com prazos e custos mais atrativos e em rolagens antecipadas de operações a vencer de forma a adequar o fluxo de caixa das suas atividades financeiras da companhia no curto prazo. O relacionamento de longa data, seu tamanho, e participação no segmento de incorporação imobiliária no país tem resultado em grande sucesso nessa atividade. Por último, a perspectiva de geração de caixa operacional a partir do ano de 2014 tem reforçado esses esforços.

**Risco cambial**

Em 30 de Junho de 2015, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

**Risco de crédito**

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em Bancos, Aplicações financeiras substancialmente em títulos públicos e Contas a receber de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo (PDG) adota uma administração conservadora ao realizar aplicações com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, considerando-se as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes.

**d. Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia possui em 30 de junho de 2015 uma operação de swap contratada junto ao banco Brasil Plural S.A. O vencimento desta operação ocorre em 14 de agosto de 2015.

A posição em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é assim demonstrada:

Posição	Ref.	Índice	Base (reais)	Valor justo 30/06/2015	Valor justo 31/12/2014
PDG	DOMC11	0,6601	37.286	23.490	24.611
Banco	CDI + 2%aa	1,01631	22.744	23.208	26.526
			*	<b>282</b>	<b>(1.915)</b>

\*Valor registrado na rubrica "outras despesas financeiras"

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do instrumento financeiro de derivativo, foram definidos dois cenários diferentes, a partir do valor justo em 30 de Junho de 2015. A Companhia utilizou como base para o cálculo o valor de mercado para liquidação da operação no mercado e foram aplicadas as deteriorações de 25% e 50%, conforme cenários listados abaixo:

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Cenário	Índice			Análise					
	Provável (esperado)	Possível 25%	Remoto 50%	Posição	Ref.	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DOMC11	1.000,00	750,00	500,00	PDG	DOMC11	Queda	37.286	27.965	18.643
CDI	13,64%	17,05%	20,46%	Banco	CDI + 2%aa	Alta	25.846	30.253	31.134
						<b>Resultado</b>	<b>11.440</b>	<b>(2.288)</b>	<b>(12.491)</b>

**21 Gerenciamento de risco de negócio****a. Implementação do sistema de controle de risco**

Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, que possibilita, por exemplo, acelerar as vendas das unidades para reduzir a sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos.

Tal aceleração ocorre geralmente mediante a redução do preço de venda, alterações nos veículos de mídia empregados etc.

**b. Sistema de controle de risco**

O sistema de controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de portfólio de investimentos. São calculadas as perdas potenciais em um cenário de *stress* para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio.

**c. Controle do risco de perdas**

O risco de um novo empreendimento da Companhia é calculado considerando-se o quanto se pode perder caso, em condições-limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada, e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco.

O risco total da Companhia é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da venda das unidades. A Companhia busca o máximo de eficiência para o seu capital, e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório dos riscos dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível.

**d. Controle da exposição máxima de caixa**

O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados no portfólio da Companhia, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. A projeção de fluxo de caixa auxilia na definição de estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos incluir no seu portfólio.

**e. Atuação em mercado com liquidez**

Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia consegue determinar a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta em absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço.

A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos e por se associar a parceiros locais.

### *f. Riscos operacionais*

O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra garantido; (ii) de obras, em que a Companhia contrata empresas especializadas para fiscalizar os serviços prestados pelas construtoras contratadas (qualidade e o cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos.

## 22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor, e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que possui um programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

A cobertura dos seguros, em valores de 30 de Junho de 2015, está demonstrada a seguir:

<b>Itens</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importância Segurada</b>
Seguro de construção (Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil)	Danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro; cobertura de danos indiretos causados por possíveis erros de projeto; e despesas extraordinárias como desentulho, tumultos, greves etc.	3.688.807
Seguro garantia de entrega do imóvel	Garante a entrega da obra aos promitentes compradores	31.541
Equipamentos	Danos materiais causados em máquinas e equipamentos, por qualquer natureza	2.312
Empresarial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval, tumulto e assegura a perda do aluguel	47.793
D&O	Responsabilidade civil dos Administradores	70.000
		<b>3.840.453</b>

## 23 Pagamento baseado em ações

### *a. Plano de opção de compra de ações*

Em 9 de janeiro de 2007, o Conselho de Administração (“CA”) da Companhia estabeleceu o plano de opção de compra de ações, através do Contrato de Opção, indicando os membros da Administração e os empregados em posição de comando, com o objetivo de alinhar os interesses e os objetivos de tais pessoas com as estratégias e os resultados esperados pela Companhia.

O Plano de Opção de Compra de Ações é administrado por um Comitê de Remuneração e de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações (“Comitê de Remuneração”), formado por 3 (três) membros do CA da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão de opções a cada ano, por meio de programas de opções de ações (“Programas”). A concessão de opções, através da instituição dos Programas, deve respeitar o limite máximo de 8% das

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

ações de emissão da Companhia existentes na data de concessão de cada Programa. As ações emitidas no âmbito do Plano terão os mesmos direitos das ações existentes nas respectivas datas de emissão, inclusive direito de recebimento integral de dividendos e juros sobre capital próprio.

Em 3 de janeiro de 2010, o Comitê de Remuneração deliberou sobre a criação de um terceiro programa (“Terceiro Programa”), com volume total de 35.200.000 de ações ordinárias (número de ações após os desdobramentos ocorridos em 9 de setembro de 2009 e em 7 de novembro de 2010 na proporção de 1:2) de emissão da Companhia, cujas opções foram integralmente alocadas aos beneficiários do programa ao preço de subscrição de R\$ 6,00 (seis reais) por ação (preço por ação após os desdobramentos ocorridos em 9 de setembro de 2009 e em 7 de novembro de 2010 na proporção de 1:2), corrigidos pelo IGP-M entre a data de outorga e a data do efetivo exercício das opções. As opções poderão ser exercidas em 4 (quatro) lotes iguais, iniciando-se o prazo para exercício do primeiro lote em janeiro de 2011 e o do último lote em janeiro de 2014, mais carência até janeiro de 2016.

Em 30 de Junho de 2015 a Companhia possui o total de 375.000 opções em aberto.

O valor justo médio ponderado das opções de compra de ações é apresentado utilizando-se o modelo de precificação de opções “Black & Scholes”, assumindo o pagamento de dividendos de 1,31%, a volatilidade esperada de aproximadamente 36,73% ao ano para o 1º programa, 53,19% ao ano para o 2º programa e 41,5% para o 3º programa, a taxa livre de risco média ponderada de 11,17% e a maturidade final de 4,8 anos.

A diluição dos atuais acionistas em caso de exercício integral das opções outorgadas seria de 0,02% (0,03% em 31 de dezembro de 2014), conforme cálculo a seguir: conforme cálculo a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	
Número de opções de ações em aberto	375.000	375.000	(a)
Total de Ações da Companhia	2.459.627.859	1.323.264.223	(b)
<b>Total</b>	<b><u>2.460.002.859</u></b>	<b><u>1.323.639.223</u></b>	(c)=(a)+(b)
<b>Percentual de diluição</b>	<b><u>0,02%</u></b>	<b><u>0,03%</u></b>	(c)/(b)-1

As despesas com opções de compra de ações foram calculadas pelo método “Black & Scholes”, considerando-se o período de exercício, a volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, a taxa livre de risco e a taxa de dividendos propostos.

O prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga destas e foi reconhecido como despesa, em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços foram prestados.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 a Companhia acumulou a despesa deste plano, no seu resultado, no valor de R\$ 99. As despesas deste plano foram totalmente reconhecidas até o final do exercício de 2014.

**b. Plano de incentivo de longo prazo**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2013, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na Modalidade de Opção de Compra de Ações, que têm como objetivos:

- i. estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
- ii. alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e
- iii. possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

Os beneficiários elegíveis da modalidade de opção de compra de ações são os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração (“CA”) da Companhia.

O CA da Companhia, quando julgar conveniente, aprovará a outorga de opções, elegendo os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Essas opções poderão ser exercidas na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo:

- 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga;
- 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga;
- 30% (trinta por cento) das opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga;
- 30% (trinta por cento) das opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga;

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das opções, que será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, conforme abaixo:

Se, a qualquer tempo, o beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, por aposentadoria normal ou invalidez permanente, e ainda, se for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituído do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. E as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituído do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.
- (c) desligar-se da Companhia por falecimento, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. E as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderão ser

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

O total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano não excederá 8% (oito por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base neste plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Até 30 de junho de 2015 a Companhia acumula 36.946.789 (em 2014: 6.188.122) opções canceladas, mediante devolução, oriunda de desligamentos.

Em 19 de dezembro de 2014 foi realizado um incremento no plano de incentivo de longo prazo em 24.206.480 opções, obedecendo todas as regras estabelecidas e aprovadas na instituição do plano.

Até 30 de junho de 2015 a Companhia acumula 1.601.630 opções canceladas, mediante devolução, oriunda de desligamentos.

Neste segundo trimestre de 2015, foram canceladas 32.360.297 opções devido a desligamentos no período, sendo 30.758.667 e 1.601.630 nas 1ª e 2ª emissões respectivamente.

O preço de exercício a ser pago pelos titulares por opção, terá dedução a título de dividendos e juros sobre capital próprio por ação paga pela Companhia entre a data de outorga e a data de exercício da opção.

O valor justo das opções de compra de ações é apresentado utilizando modelo de precificação de opções Black & Scholes, assumindo o pagamento de dividendos conforme premissas apresentadas no quadro abaixo:

Segue resumo das opções de compras de ações da Companhia, correspondente a este plano em 30 de Junho de 2015.

	<b>1º emissão</b>	<b>2º emissão</b>	<b>Totais</b>
Data da outorga	19/12/2013	19/12/2014	
Prazo final de exercício	19/12/2018	19/12/2019	
Ações Emitidas	93.731.953	24.206.480	117.938.433
Canceladas	(6.188.122)	-	(6.188.122)
<b>A exercer 31/12/2014</b>	<b>87.543.831</b>	<b>24.206.480</b>	<b>111.750.311</b>
Canceladas	(30.758.667)	(1.601.630)	(32.360.297)
<b>A exercer 30/06/2015</b>	<b>56.785.164</b>	<b>22.604.850</b>	<b>79.390.014</b>
Preço de exercício	1,82	1,06	
Dividendos	7,4%	6,5%	
Volatilidade	29,9%	25,1%	
Taxa de juros livre de risco	11,6%	12,7%	
Maturidade (anos)	5	5	

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

A diluição dos atuais beneficiários, na posição 30 de Junho de 2015, em caso de exercício integral das opções outorgadas seria de 3,23% (em 31 de dezembro de 2014: 8,45%), conforme cálculo a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	
Número de opções de ações em aberto	79.390.014	111.750.311	(a)
Total de ações da Companhia	2.459.627.859	1.323.264.223	(b)
<b>Total</b>	<b><u>2.539.017.873</u></b>	<b><u>1.435.014.534</u></b>	(c)=(a)+(b)
<b>Percentual de diluição</b>	<b>3,23%</b>	<b>8,45%</b>	(c)/(b)-1

Até a liquidação do plano em 2019, o valor total da despesa com opções de compra de ações, considerando os cancelamentos ocorridos por saída dos colaboradores, será de R\$ 27.841 (em 31 de dezembro de 2014: R\$ 43.124), calculado pelo método "Black & Scholes", levando em consideração o período de exercício, volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, taxa livre de risco e taxa de dividendos propostos.

Conforme determinado pelo CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM n 564/08, o prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga das mesmas e está sendo reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência e à medida que os serviços são prestados.

Durante o trimestre findo em 30 de Junho de 2015 foi apropriado e acumulado despesa, no resultado da Companhia, no montante de R\$ 2.775 (R\$ 5.684 em 30 de junho de 2014).

Os saldos a serem reconhecidos no resultado da Companhia, são assim demonstrados:

Ano	1ª emissão				2ª emissão				Totais			
	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual
2013	38.772	(385)	-	38.387	-	-	-	-	38.772	(385)	-	38.387
2014	-	(11.172)	-	27.215	4.352	(44)	-	4.308	4.352	(11.216)	-	31.523
2015	(15.283) <sup>1</sup>	(2.133)	(2.133)	7.666	-	(642)	(641)	3.025	(15.283)	(2.775)	(2.774)	10.691
2016	-	-	(3.692)	3.974	-	-	(1.270)	1.755	-	-	(4.962)	5.729
2017	-	-	(2.698)	1.276	-	-	(889)	866	-	-	(3.587)	2.142
2018	-	-	(1.276)	-	-	-	(602)	264	-	-	(1.878)	264
2019	-	-	-	-	-	-	(264)	-	-	-	(264)	-
	<b><u>23.489</u></b>	<b><u>(13.690)</u></b>	<b><u>(9.799)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>4.352</u></b>	<b><u>(686)</u></b>	<b><u>(3.666)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>27.841</u></b>	<b><u>(14.376)</u></b>	<b><u>(13.465)</u></b>	<b><u>-</u></b>

<sup>1</sup> Valor apurado no cancelamento das opções outorgadas mediante saída de colaboradores

## 24 Informações por segmento

A Companhia revisa a forma de avaliação de seus negócios e entende que suas unidades de negócio não significam segmentos diferentes, mas sim subdivisões do segmento imobiliário. Não apresentando desta forma informações por segmento.

**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**25 Receita operacional líquida**

Segue a abertura da receita operacional líquida da Companhia nos trimestres findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de junho de 2014.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>
Vendas imobiliárias	5.784	15.307	8.832	20.072	486.643	1.153.511	917.678	2.057.048
Outras receitas operacionais	12	14	-	-	39.044	68.411	41.542	60.257
(-) Deduções da receita	(215)	(654)	124	(200)	(43.700)	(79.071)	(33.227)	(70.953)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.581</b>	<b>14.667</b>	<b>8.956</b>	<b>19.872</b>	<b>481.987</b>	<b>1.142.851</b>	<b>925.993</b>	<b>2.046.352</b>

**26 Custos das unidades vendidas**

Segue a abertura dos custos dos imóveis vendidos da Companhia nos trimestres findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de junho de 2014.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>
Custos das unidades vendidas	(4.246)	(6.571)	(3.947)	(13.983)	(376.981)	(879.774)	(656.356)	(1.454.103)
Encargos capitalizados	(360)	(1.145)	(784)	(1.844)	(41.396)	(96.176)	(74.578)	(159.037)
Mais valia sobre terrenos (em coligadas)	-	-	-	-	-	-	(207)	(1.933)
<b>Custo dos imóveis vendidos</b>	<b>(4.606)</b>	<b>(7.716)</b>	<b>(4.731)</b>	<b>(15.827)</b>	<b>(418.377)</b>	<b>(975.950)</b>	<b>(731.141)</b>	<b>(1.615.073)</b>

**27 Resultado financeiro**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>
<b>Receitas financeiras</b>								
Rendimento de aplicações financeiras	15.041	23.229	8.609	18.649	33.673	51.836	17.939	37.576
Valor justo de debêntures	1.989	1.989	(1.989)	-	1.989	1.989	(1.989)	-
Varição monetária, juros e multas	1.980	36.396	7.817	10.784	30.308	75.174	31.171	71.259
Outras receitas financeiras	4.075	6.626	4.233	12.053	6.989	10.236	(11.477)	5.542
	<b>23.085</b>	<b>68.240</b>	<b>18.670</b>	<b>41.486</b>	<b>72.959</b>	<b>139.235</b>	<b>35.644</b>	<b>114.377</b>
<b>Despesas financeiras</b>								
Juros de empréstimos	(135.255)	(266.619)	(126.697)	(233.995)	(306.151)	(542.373)	(235.349)	(445.194)
Despesas bancárias	(9)	(23)	(21)	(48)	(851)	(1.803)	(955)	(2.081)
Outras despesas financeiras	(3.273)	(5.255)	(2.633)	(6.844)	(15.635)	(20.981)	(5.411)	(13.959)
Total de despesas financeiras	<b>(138.537)</b>	<b>(271.897)</b>	<b>(129.351)</b>	<b>(240.887)</b>	<b>(322.637)</b>	<b>(565.157)</b>	<b>(241.715)</b>	<b>(461.234)</b>
Juros capitalizados (Nota 6)	524	1.726	1.129	2.384	100.369	152.226	78.758	159.207
	<b>(138.013)</b>	<b>(270.171)</b>	<b>(128.222)</b>	<b>(238.503)</b>	<b>(222.268)</b>	<b>(412.931)</b>	<b>(162.957)</b>	<b>(302.027)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(114.928)</b>	<b>(201.931)</b>	<b>(109.552)</b>	<b>(197.017)</b>	<b>(149.309)</b>	<b>(273.696)</b>	<b>(127.313)</b>	<b>(187.650)</b>



**Notas Explicativas**

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

**28 Despesas administrativas**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>
Salários e encargos	(180)	(805)	(1.277)	(2.557)	(38.970)	(74.868)	(42.618)	(84.062)
Honorários da administração	(1.661)	(2.736)	(1.275)	(2.510)	(1.661)	(2.736)	(2.039)	(4.052)
Stock options	312	(2.775)	(2.792)	(5.586)	312	(2.775)	(2.792)	(5.586)
Participação nos resultados	-	-	-	-	(2.500)	(5.000)	(10.960)	(23.449)
<b>Salários e encargos</b>	<b>(1.529)</b>	<b>(6.316)</b>	<b>(5.344)</b>	<b>(10.653)</b>	<b>(42.819)</b>	<b>(85.379)</b>	<b>(58.409)</b>	<b>(117.149)</b>
Honorários advocatícios e despesas judiciais	(517)	(809)	(295)	(765)	(3.559)	(8.003)	(1.025)	(3.577)
Manutenção de informática	361	(2.112)	-	(15)	(953)	(4.981)	(6.447)	(9.305)
Consultoria	(738)	(2.012)	(1.586)	(1.924)	(3.288)	(6.707)	(11.293)	(17.620)
Outros serviços	(8)	(25)	3	239	(2.486)	(5.559)	(2.310)	(5.932)
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>(902)</b>	<b>(4.958)</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(2.465)</b>	<b>(10.286)</b>	<b>(25.250)</b>	<b>(21.075)</b>	<b>(36.434)</b>
Viagens	-	-	-	-	(1.441)	(2.453)	(2.009)	(3.728)
Telecomunicações e internet	(49)	(273)	(116)	(263)	(1.513)	(3.376)	(2.293)	(4.928)
Aluguel e reforma de imóveis	129	(182)	-	(454)	(6.546)	(12.497)	(5.348)	(11.461)
Outras despesas	(24)	(532)	(329)	(1.347)	(3.286)	(7.005)	(2.677)	(9.340)
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>56</b>	<b>(987)</b>	<b>(445)</b>	<b>(2.064)</b>	<b>(12.786)</b>	<b>(25.331)</b>	<b>(12.327)</b>	<b>(29.457)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.375)</b>	<b>(12.261)</b>	<b>(7.667)</b>	<b>(15.182)</b>	<b>(65.891)</b>	<b>(135.960)</b>	<b>(91.811)</b>	<b>(183.040)</b>

**29 Despesas de vendas**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2015	01/01/2015	01/04/2014	01/01/2014
	à	à	à	à	à	à	à	à
	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>30/06/2014</b>
Propaganda, publicidade e demais	(656)	(1.106)	(456)	(827)	(25.383)	(45.090)	(24.027)	(43.023)
Comissões e premiações sobre vendas	(189)	(343)	(135)	(270)	(16.840)	(25.470)	(16.461)	(33.634)
Estande de vendas	(19)	(54)	(83)	(211)	(4.347)	(8.496)	(6.817)	(12.874)
<b>Total</b>	<b>(864)</b>	<b>(1.503)</b>	<b>(674)</b>	<b>(1.308)</b>	<b>(46.570)</b>	<b>(79.056)</b>	<b>(47.305)</b>	<b>(89.531)</b>

**30 Auditores independentes**

A KPMG Auditores Independentes, (KPMG) foi contratada pelo Grupo PDG para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas demonstrações financeiras anuais e revisões das suas Informações trimestrais.

Adicionalmente, a KPMG foi contratada pelo Grupo PDG em 2014 para a prestação dos seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, que ainda estão sendo prestados em 2015 conforme abaixo:

- Revisão de impostos com valor total de R\$ 75.

Na contratação de serviços a serem prestados pela auditoria independente, a Companhia avalia o contexto dos procedimentos a serem executados, preservando a independência e objetividade do auditor, conforme orientações e normas que regulação a atuação do auditor e o relacionamento com a Companhia.

Esta avaliação tem por objetivo garantir que os trabalhos não criem ameaças à independência da auditoria ou dos membros da equipe de auditoria, sejam elas ameaças de auto-revisão, de interesse próprio e de defesa do interesse da Companhia. Nesse sentido, a suficiência e adequação dos dados a serem coletados

## Notas Explicativas

*PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações*  
*Informações trimestrais*  
*em 30 de Junho de 2015*

durante o trabalho são de responsabilidade da administração da Companhia, assim como a responsabilidade pelas decisões e execução de ações que venha a ter influenciam sobre a Companhia.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

### **31 Outras informações**

A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais, conforme segue:

Solução de controvérsias via arbitragem: a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.



## FORMULÁRIO CONSOLIDADO

## Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2015 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que possui as seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações							
Grupo e Pessoas Ligadas	(X) Conselho de Administração	( ) Diretoria	( ) Conselho Fiscal	( ) Órgãos Técnicos ou Consultivos			
<b>Saldo Inicial</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias			197.868.494	14,95%	14,95%	
PDGRD81*	Debênture			17.003.266	8,54%	8,54%	
<b>Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias	UBS					
				<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>
PDGRD81	Debêntures	UBS					
				<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>
<b>Saldo Final</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias			197.868.494	14,95%	14,95%	
PDGRD81*	Debênture			17.003.266	8,54%	8,54%	

\* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### FORMULÁRIO CONSOLIDADO

#### Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2015 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que possuo as seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações							
Grupo e Pessoas Ligadas	( ) Conselho de Administração	(X) Diretoria	( ) Conselho Fiscal	( ) Órgãos Técnicos ou Consultivos			
<b>Saldo Inicial</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias			55.792	0,00%	0,00%	
PDGRD81*	Debênture			17.635	0,01%	0,01%	
<b>Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
				<b>TOTAL</b>	-		-
				<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>
<b>Saldo Final</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias			55.792	0,00%	0,00%	
PDGRD81*	Debênture			17.635	0,01%	0,01%	

\* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

As quantidades de ações detidas refletem as alterações nos membros da Diretoria, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2015.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### FORMULÁRIO CONSOLIDADO

#### Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2015 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que possuo as seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações							
Grupo e Pessoas Ligadas	<input type="checkbox"/> Conselho de Administração	<input type="checkbox"/> Diretoria	<input checked="" type="checkbox"/> Conselho Fiscal	<input type="checkbox"/> Órgãos Técnicos ou Consultivos			
<b>Saldo Inicial</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	518.547	0,04%	0,04%			
PDGRD81*	Debênture	52.938	0,03%	0,03%			
<b>Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias	UBS					
				<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>
PDGRD81	Debêntures	UBS					
				<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>
<b>Saldo Final</b>							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	518.547	0,04%	0,04%			
PDGRD81*	Debênture	52.938	0,03%	0,03%			

\* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Acionista	% Part.	Nº Ações
Orbis Investment Management Limited	15,74%	208.314.521
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	10,53%	139.312.935
Vinci Capital Partners II F Fundo de Investimentos em Participações	9,13%	120.866.533
Platinum Investment Management Limited	5,39%	71.387.800
Bank of America	5,06%	66.984.799
Diretoria	0,00%	55.792
Outros	54,13%	716.341.843
<b>Total de ações em circulação - 30/06/15</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.323.264.223</b>
Ações em processo de conversão para negociação (originário do aumento de capital em 30/06/15)		1.136.363.636
<b>Total de ações emitidas</b>		<b>2.459.627.859</b>

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21(R1)

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34 que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34, emitida pelo IASB que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.2, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 (R1)). As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa 2.10. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6

Ederson Rodrigues de Carvalho

Contador CRC 1SP199028/O-1



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 28 de julho de 2015, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal concluiu que o relatório da administração e as demonstrações financeiras citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e condizentes com as normas legais aplicáveis.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 30 de julho de 2015.

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI

Diretor Presidente

RAFAEL RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO

Diretor Vice-Presidente Financeiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, CEP 04571-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso v, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 30 de Julho de 2015.

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI

Diretor Presidente

RAFAEL RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO

Diretor Vice-Presidente Financeiro

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração na quantidade de ações para reais mil.